



CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A BAHIA • 2015-2030

Governo da Bahia

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A BAHIA • 2015-2030

Salvador 2016

CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A BAHIA 2015-2030

Copyright Secretária do Planejamento

Fotos:
SECOM – Bahia

Secretaria do Planejamento – SEPLAN

Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, 250 – Centro Administrativo da Bahia • Cep 41746-900 – Salvador-Bahia-Brasil
Tel.: (71) 3115-3674 – Fax: (71) 3115-3528 – <http://www.seplan.ba.gov.br>



Governador
Rui Costa

Vice-Governador
João Leão

Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN
João Leão
José Sérgio Gabrielli

Chefe de Gabinete
Cláudio Ramos Peixoto

Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE
Ranieri Muricy Barreto

Diretor de Planejamento Econômico – DPE
Roberto Antônio Fortuna Carneiro

Diretores de Planejamento Social – DPS
Natã Silva Vieira
Cláudia Monteiro Fernandes
Tatiana Scalco Silveira Cravo

Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária – DSO
César Barbosa

Assessoria Técnica SPE
Ana Cristina Cerqueira
Rafaela Evangelista Campos



Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI
Eliana Maria Santos Boaventura

Diretor de Pesquisas
Armando Afonso de Castro Neto

Diretor de Estudo
Edgard Porto Ramos

Diretor de Indicadores e Estatística
Gustavo Casseb Pessoti

Equipe Técnica


Renê Gomes Pimentel
Márcia da Silva Pedreira
Marcos Luís Cerqueira
Mirtes Aquino
Suely da Silva
Rafael Alves de Andrade
Maria de Fátima Torreão Espinheira
Gardênia de Azevedo
Andrea Pereira
Luiz Carlos Santana Filho

Natacha Daltro Bastos
Érico Nascimento
Gustavo Pessoti
Luiz Mário Ribeiro Vieira
Artur Cruz
Urandir Paiva
Mágila Souza Santos
Sidney Silva Santos
Hilberto Cruz do Carmo
Lenaldo do Azevedo dos Santos

Isaac Lou
Luiz Chateaubriand
Roberto Maximiano
Lucigleide Nascimento
Antônio Marcos Barreto
Urandi Roberto Paiva Freitas
Aline Patrícia Santos Virgílio
João Paulo Caetano Santos
Carla Janira
Ílce Maria Marques Carvalho

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7	4.2.1.3. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	42
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	9	4.2.1.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL	43
2.1. CENÁRIOS QUALITATIVOS	9	4.2.2. CENÁRIO ECONÔMICO	44
2.2. CENÁRIOS QUANTITATIVOS	12	4.2.2.1. INDÚSTRIA, ENERGIA E INFRAESTRUTURA	44
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	16	4.2.2.2. COMÉRCIO, SERVIÇOS E REDES DE CIDADES	46
3.1. POBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.	16	4.2.2.3. AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO	48
3.2. SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE.	18	4.2.2.4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	49
3.3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIOECONOMIA	21	4.2.2.5. GESTÃO PÚBLICA	51
3.4. DESENVOLVIMENTO URBANO	27	4.3. CENÁRIO DE LONGO PRAZO – PERÍODO 2020-2030.	53
3.5. INOVAÇÃO.	28	5. GRANDES DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA.	61
3.6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	29	6. ALINHAMENTO DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA DOS CENÁRIOS BAHIA 2015-2030 COM O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	65
3.7. GESTÃO PÚBLICA.	31	6.1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	66
4. CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A BAHIA	35	6.2. TEMAS ESTRATÉGICOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM BASES SUSTENTÁVEIS DO ESTADO DA BAHIA	68
4.1. CONTRIBUIÇÕES PARA O CENÁRIO COM BASE NO MODELO MATEMÁTICO	36	7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
4.2. CENÁRIO DE MÉDIO PRAZO – 2015-2020	37	REFERÊNCIAS	72
4.2.1. CENÁRIO SOCIAL	38		
4.2.1.1. POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL	38		
4.2.1.2. EDUCAÇÃO.	39		



A atividade
de planejar,
considerando futuros
possíveis, é essencial
para gestores
governamentais


1. INTRODUÇÃO

No mundo de hoje, pensar e planejar o futuro tornou-se um exercício complexo e desafiador frente aos processos constantes de transformações e, não raro, acompanhados de crises multifacetadas. A atividade de planejar, considerando futuros possíveis, é essencial para gestores governamentais que, em contexto de recursos escassos, precisam escolher as melhores alternativas, aproveitar oportunidades e se preparar para o enfrentamento dos desafios e das contingências.

Os cenários prospectivos para a Bahia definem um conjunto de elementos indicadores de tendências obtidos por análise de variáveis que, agrupadas por temas gerais, conformam relações consistentes identificadas por meio de um modelo matemático e referenciadas por análises qualitativas, resultantes de estudos e entrevistas com especialistas. Para uma melhor estruturação, diversas estimativas, ajustes e calibrações foram realizadas no intuito de prever cenários econômicos para o estado, como forma de dar suporte e sinalizações para as tomadas de decisão, assim como nortear a definição de prioridades das políticas públicas para a Bahia. O estudo possui como base os dados da Tabela de Recursos e Usos /TRU-BA 2009 e, a partir deste ano, faz distintos cenários para a Bahia nos anos de 2015, 2020 e 2030.

Portanto, o presente trabalho não se constitui em um diagnóstico extremamente amplo nem realizou um levantamento exaustivo e abrangente de temas, pois optou-se por trabalhar com os temas considerados efetivamente como estratégicos e prioritários para o desenvolvimento sustentável da Bahia nos próximos anos.

Esse trabalho contempla um estudo composto de seis partes assim definidas: além desta introdução, uma segunda parte metodológica que busca esclarecer os caminhos percorridos para a elaboração dos cenários quantitativo e qualitativo. A terceira parte consta de uma breve contextualização sobre o estado da arte das áreas social e econômica do estado, como forma de demarcar um cenário de partida ou de base para o trabalho. A quarta são os cenários prospectivos para a Bahia, que compreendem o cenário quantitativo e os cenários qualitativos de médio prazo - 2015-2020, e de longo prazo - 2030; a quinta diz respeito aos grandes desafios ao processo de desenvolvimento socioeconômico. E, finalmente, a sexta parte, que busca promover a orientação estratégica para a construção do PPA 2016-2019.



Compreender
os acontecimentos
atuais e buscar antever
perspectivas futuras, per-
mite que se assegurem as
possibilidades e os meios
para garantir maiores
acertos



2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1. CENÁRIOS QUALITATIVOS

O exercício de cenarização qualitativa foi realizado para subsidiar a elaboração do PPA do estado da Bahia para o período de 2016-2019 com base em possíveis cenários para os períodos de 2015-2020 e 2030. Em condições de incerteza, pode-se recorrer a uma interpretação subjetiva de possibilidades, representando a opinião de indivíduos de como determinado resultado ocorrerá. Com esse objetivo, foi constituída uma equipe técnica da Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE) da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), para elaborar uma primeira abordagem qualitativa, com base em informações e conhecimento disponíveis, sobre temas estratégicos para o desenvolvimento da Bahia.

Elaborada uma contextualização inicial, buscou-se identificar o cenário base com a aplicação do método de entrevistas semiestruturadas a especialistas em cada tema estratégico, das quais participaram 33 especialistas (dez deles relacionados ao eixo de inclusão social e afirmação de direitos e vinte e três ao eixo desenvolvimento sustentável e infraestrutura). Através de entrevistas, buscou-se um consenso de opiniões a respeito de eventos futuros, baseando-se no uso estruturado do conhecimento e da experiência, no pressuposto de que o julgamento coletivo, quando organizado ade-

quadramente, é melhor do que a opinião de um só indivíduo (Wright & Giovinazzo, 2000). A evolução em direção a um consenso obtido no processo representa uma consolidação do julgamento intuitivo de um grupo de peritos sobre eventos futuros e tendências. Tal julgamento intuitivo pode ser aplicado à indicação de possibilidades, como posto no objetivo deste trabalho – identificar o cenário mais provável no julgamento de um grupo de especialistas.

De acordo com Godet e Durance (2011), “a incerteza do futuro pode ser avaliada através de um número de possíveis cenários. Em princípio, quanto maior o número, maior a incerteza”. Mas sua experiência mostra que também se deve levar em conta a diferença de conteúdo dos cenários: “os mais prováveis podem ser bem similares, ou altamente contrastantes” e, em geral, um terço do total de cenários possíveis é suficiente para cobrir 80% do campo de probabilidades.

Após as entrevistas, realizadas por grupos distintos da SPE, as equipes técnicas voltaram a se reunir para construir as tendências consolidadas – referência principal para o cenário-base. As fases de elaboração dos cenários qualitativos foram três, descritas a seguir:

- Construir a base (fase 1)

Esta fase teve um papel fundamental na construção dos cenários. Consistiu em construir um conjunto de representações do estado atual, do presente, constituído por diferentes elementos do contexto. Esta base é a expressão de um conjunto de variáveis ligadas entre si que definem tendências consolidadas. A sua construção passou, portanto, pela delimitação do contexto, pela determinação das variáveis-chave e pela análise das estratégias atuais, através de uma análise estrutural. Foi realizada em conjunto por técnicos da SPE e da SEI.



Identificadas as variáveis-chave e analisado o contexto, pode-se projetar os futuros possíveis por meio de uma lista de hipóteses que traduziam, por exemplo, a continuidade de uma tendência ou, ao contrário, a sua ruptura



- Varrer o campo dos possíveis e reduzir a incerteza (fase 2)

Identificadas as variáveis-chave e analisado o contexto, pode-se projetar os futuros possíveis por meio de uma lista de hipóteses que traduziam, por exemplo, a continuidade de uma tendência ou, ao contrário, a sua ruptura. A análise permitiu decompor o sistema estudado em dimensões essenciais e estudar as recombinações possíveis destas diferentes dimensões; recombinações estas que constituem outras tantas imagens do futuro. Através das entrevistas a especialistas em cada tema estratégico foi possível, em seguida, reduzir a incerteza, estimando as probabilidades subjetivas da ocorrência destas diferentes combinações ou dos diferentes acontecimentos-chave para o futuro, possibilitando expressar os desafios e objetivos estratégico na perspectiva dos atores. As tendências consolidadas e incertezas críticas puderam assim ser hierarquizadas. As entrevistas foram coordenadas pela SPE, tendo o apoio da SEI em algumas delas, com 33 atores/especialistas selecionados.

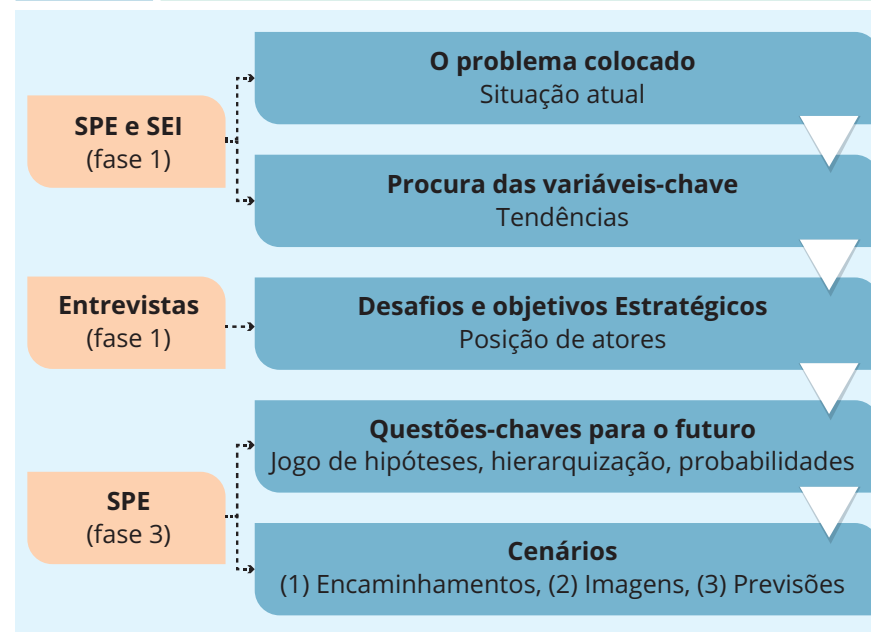
- Elaborar os cenários (fase 3)

Nesta fase, os cenários descrevem o encaminhamento que leva da situação atual (cenário base ou de referência) às imagens finais selecionadas (cenário desejado ou visão de futuro). Alguns números puderam ser utilizados apenas como valores indicativos: ilustravam a evolução do sistema e permitiram efetuar algumas verificações sobre a sua coerência. Para aproximar o modelo da realidade, foi necessário ter em consideração a hierarquia das tendências consolidadas e a probabilidade de cada incerteza crítica, criando assim uma escala específica, para a formulação das questões-chave da análise prospectiva e para a elaboração de recomendações estratégicas.

Objetivamente, a equipe da SPE construiu os cenários qualitativos, considerando as recomendações metodológicas, da seguinte forma:

- CENÁRIO-BASE ou de Referência – Contextualização geral e tendências consolidadas, hierarquizadas por grau de importância.
- CENÁRIOS 2020 e 2030 (Médio e Longo prazos) – A equipe da SPE incluiu incertezas críticas relevantes, levantadas nas fases 1 e 2, e foram definidos seus respectivos graus de probabilidade (pouco provável, provável, muito provável), o que permitiu definir os cenários qualitativos para os períodos selecionados.

Figura 1 O Método dos Cenários Qualitativos



Fonte: Elaboração própria (Adaptado de Godet e Durance, 2011)

2.2. CENÁRIOS QUANTITATIVOS

O modelo de cenário matemático foi concebido com a intenção de se tornar um instrumento utilizado pela SPE/SEPLAN para auxiliar na concepção de uma visão de futuro para a Bahia. Nesse sentido, compreender os acontecimentos atuais e buscar antever perspectivas futuras, permite que se assegurem as possibilidades e os meios para garantir maiores acertos e correções de rotas na formulação de políticas públicas no âmbito do estado. Dessa forma, ainda que seja um modelo matemático, suas premissas foram estimadas com base nos cenários qualitativos realizados pela SPE/SEPLAN, onde um conjunto de estudos foram realizados em diversas áreas, prospectando tendências consolidadas que ajudaram a conformar um cenário base para a Bahia até 2015-2020 e um cenário social e econômico desejável para o estado até 2030.

O modelo de cenário quantitativo proposto é dado por uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, utilizada para explicitar a relação entre o que se denomina como uma aproximação do capital (K) e trabalho (L) da qual se originará as estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia (Y), entre outras variáveis, para os anos de 2015, 2020 e 2030. O estudo adota como base os dados da Tabela de Recursos e Usos /TRU-BA 2009 e, a partir deste ano, cria diversos cenários para a Bahia nos anos de 2015, 2020 e 2030.

$$Y = (\alpha_1 (K\beta_1)^{\rho} + \alpha_2 (L\beta_2)^{\rho})^{1/\rho},$$

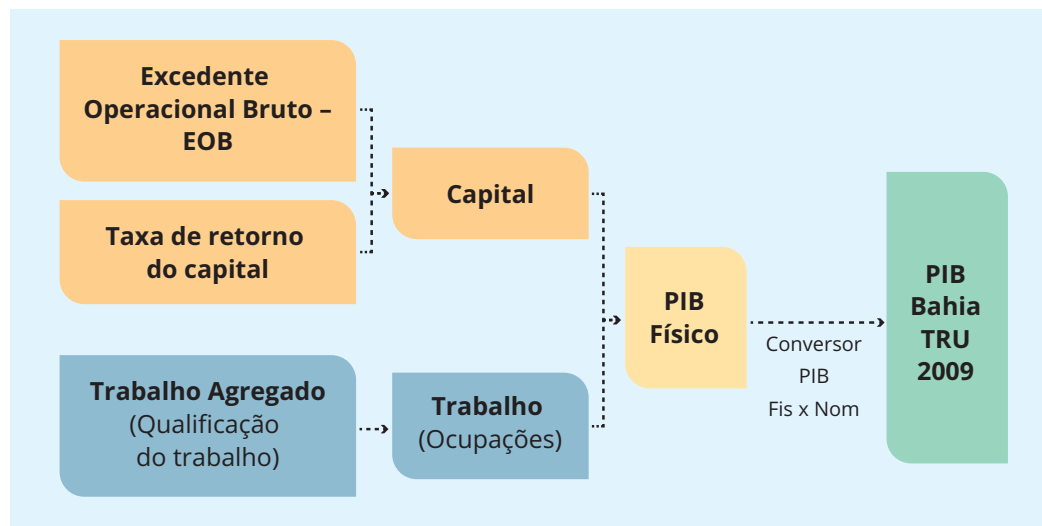
Onde $\rho = (-1 + \sigma)/\sigma$

Os componentes que dão origem ao PIB Bahia derivam de proxies das variáveis capital (K) e trabalho (L), conforme ilustra a figura 2. O capital (K) é obtido por uma relação entre o Excedente Operacional Bruto (EOB) e o parâmetro ρ que identifica a taxa de retorno do capital. Para estimar a variável trabalho (L), não se utilizou apenas o critério numérico dado pelo número de ocupados, adotou-se também uma relação qualitativa entre trabalho qualificado e não qualificado. Os coeficientes α e β descrevem a participação dos insumos na produção, de modo que a elasticidade de substituição entre os fatores de produção seja unitária. Ao definir o capital e o trabalho para o ano de 2009, outras estimativas foram adotadas para projetar as variáveis nos anos de 2015, 2020 e 2030.

Nesse sentido, o estudo de cenários prospectivos previu a adoção de algumas variáveis estimadas como forma de simular saídas diferenciadas para o modelo. Entre as variáveis imputadas que influenciaram na determinação do PIB, determinou-se para a taxa de desemprego o índice 8,2% ao ano, para a formulação do cenário base, mesma taxa de desemprego de 2009; enquanto os cenários otimista (6,0% a.a.) e pessimista (13,0% a.a.) apresentavam distintos valores. Buscou-se também estimar o peso da mão de obra qualificada e não qualificada na economia baiana para os próximos anos, prevendo possibilidades de superação dos qualificados frente aos não qualificados em 2030. Finalmente, a determinação de taxas crescentes, para os anos selecionados, da relação entre a FBKf e Capital que expressa a taxa de ampliação do capital no modelo. A consideração dessas premissas permite ajustes para a formulação do cenário base.



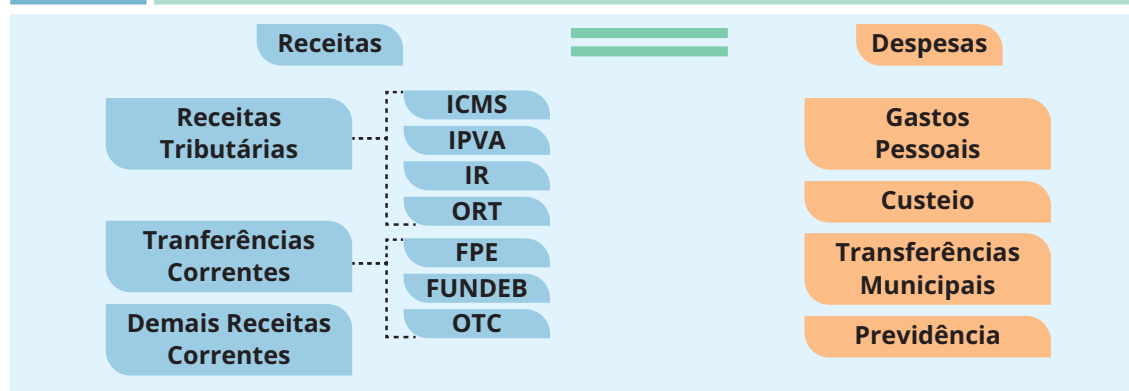
Figura 2 O PIB da Bahia – Ótica da Produção



Fonte: Elaboração própria com base na Tabela de Recursos e Usos (TRU)

Buscou-se também estimar o peso da mão de obra qualificada e não qualificada na economia baiana para os próximos anos, prevendo possibilidades de superação dos qualificados frente aos não qualificados em 2030

Figura 3 Módulo Governo – Receitas e Despesas



Fonte: Elaboração própria com base na Tabela de Recursos e Usos (TRU)

O módulo do governo, ilustrado na figura 3, origina-se em estimativas formuladas sobre a previsão das receitas e despesas do governo da Bahia e está subdividido em duas partes: 1) que estima as receitas públicas, que representam os recursos obtidos em um dado período com o objetivo de cobrir as despesas a cargo do ente público, 2) as despesas públicas, que representam a utilização dos recursos com objetivos públicos. Essas estimativas são fundamentais para que assegurem a provisão de receitas e de despesas para a prestação de serviços e utilização de recursos em futuros investimentos.

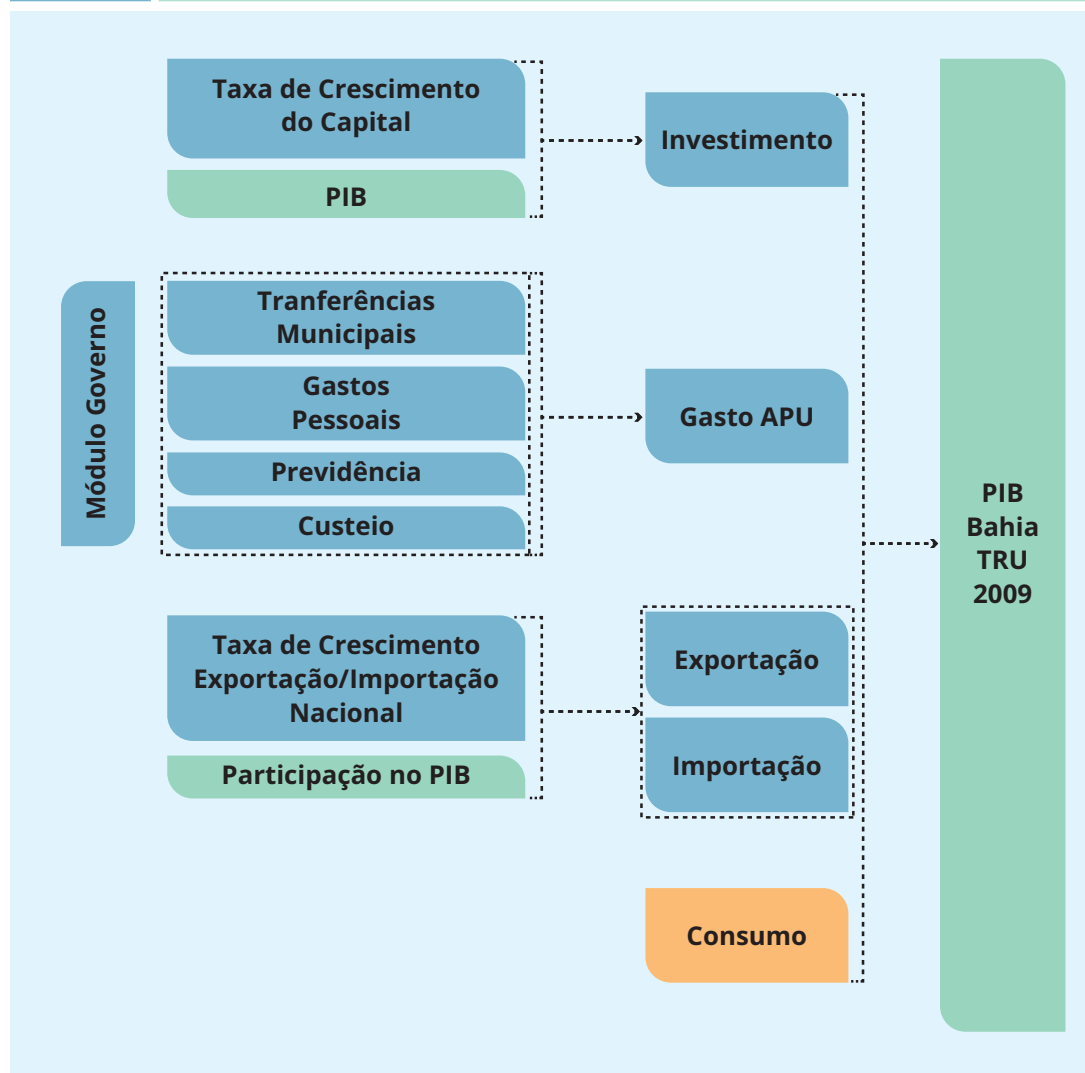
O terceiro módulo, representado na figura 4, se origina do estudo da demanda agregada para a economia baiana. Os componentes tradicionais da demanda agregada (consumo, investimentos, gasto público, exportações menos importações) descritos abaixo, foram estimados tendo como parâmetros os resultados do módulo de produção, a TRU 2009 e o módulo do governo.

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Nessa perspectiva, algumas variáveis foram imputadas como forma de simular saídas diferenciadas para o modelo e que incidiram na determinação do PIB Bahia. Tratou-se de estabelecer estimativas exógenas, com base na estruturação qualitativa dos conceitos, para a taxa de desemprego, a taxa de retorno do capital e a relação de qualificação da mão de obra. Alterando essas variáveis, surge uma plêiade de cenários alternativos; no entanto, não é intenção trabalhar com uma ampla gama de panoramas e, nesse sentido, procurou-se estabelecer apenas um cenário base para o modelo.

Sinteticamente, consideramos que a função de produção resulta em saídas para o PIB baiano podendo ser mensurado pelas identidades comuns da contabilidade nacional, tais como a ótica da produção, a ótica da renda e a ótica do gasto. O modelo matemático fornece ainda diversas variáveis para análise abordadas através de módulos como o de demografia; mercado de trabalho; produção; demanda agregada e governo. Com a definição dessas premissas, o modelo obteve saídas para um cenário qualitativo e quantitativo com perspectivas para a economia baiana.

Figura 4 Bahia - Módulo Demanda Agregada



Fonte: Elaboração própria com base na Tabela de Recursos e Usos (TRU)



Nos últimos anos,
a Bahia apresentou
melhora no que se
refere à redução das
desigualdades e da
pobreza, seguindo a
tendência do Brasil



3. CONTEXTUALIZAÇÃO

A breve avaliação do contexto socioeconômico apresentado a seguir serviu como “linha de base” para a elaboração dos cenários prospectivos para o médio e longo prazos. Os cenários para os próximos anos deverão, necessariamente, levar em conta as expectativas relacionadas aos programas de transferência de renda e assistência social, as políticas de ganho real no salário mínimo e de aposentadoria rural, que vêm tendo forte impacto na redução da pobreza e na ampliação de oportunidades de inclusão produtiva da população baiana.

3.1. POBREZA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os programas de transferência de renda promovem o desenvolvimento social e a redução da **pobreza** e da desigualdade no âmbito estadual, alterando um contexto de desigualdades históricas e duradouras (ZIMMERMANN, 2006). No entanto, a perspectiva é a de garantir a continuidade das estratégias de redução da pobreza, da fome e das desigualdades, através do fortalecimento da ação do Estado e do trabalho conjunto de diferentes esferas de governo, com a ampliação de oportunidades mais abrangentes e duradouras, tendo como objetivo a justiça e a inclusão social enquanto princípios, ampliando seu escopo a aspectos multidimensionais da pobreza.



Nos últimos anos, a Bahia apresentou melhora no que se refere à redução das desigualdades e da pobreza, seguindo a tendência do Brasil, que deixou de fazer parte do mapa da fome das Nações Unidas. Em 10 anos, o Brasil reduziu pela metade a parcela da população que sofre com a fome e alcançou um dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que as Nações Unidas estabeleceram até 2015. Destaca-se a queda da taxa de desnutrição no Brasil de 10,7% para menos de 5% desde 2003 e também a redução da pobreza de 24,3% para 8,4% entre 2001 e 2012, enquanto a pobreza extrema também caiu de 14% para 3,5%. O Índice de Gini (que mede a concentração de renda, variando de 0 a 1, no qual 0 representa situação de igualdade) da distribuição de rendimentos das pessoas de 15 anos ou mais caiu de 0,555 em 2004 para 0,505 em 2013.

Contudo, tendo em conta o contexto recente de redução substancial do ritmo de crescimento da população brasileira, no qual a Bahia está inserida, o estado continua apresentando um quadro de condições de vida precário. Oportunidades de acesso a meios de sobrevivência e de inclusão produtiva em melhores condições de rendimento continuam escassas e os níveis de desigualdades continuam elevados, mantendo o estado em posição de destaque quanto aos níveis de pobreza e desigualdades no país, sobretudo a sua população rural.

Estudos que compõem o Zoneamento Ecológico Econômico da Bahia (ZEE)¹, consideraram as desigualdades sociais na Bahia a partir do entendimento das vulnerabilidades sociais do estado, que podem ser compreendidas como uma síntese de fatores da socioeconomia, organizados em três dimensões: i) qualidade de vida, relacionada à infraestrutura habitacional e de atendimento social; ii) condição de vida, relacionada a aspectos da exclusão social e do sistema social organizado e; iii) condição econômica, que tem relação com aspectos da produção, renda, trabalho, concentração e recursos financeiros.

Para tratar as vulnerabilidades em que vivem as pessoas residentes na Bahia, sobretudo as que se encontram em condição de pobreza extrema, o fortalecimento da assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Para isso, faz-se necessária a implantação e expansão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A dimensão subjetiva da pobreza² atinge o contingente de pessoas e famílias excluídas de um conjunto de bens e serviços considerados como mínimos necessários para que possam exercer sua cidadania. A adoção de medidas que potencializem o acesso dessas pessoas e famílias à rede de serviços de proteção e promoção social é o principal desafio da rede de assistência social nos próximos anos, tornando-se necessário o desenvolvimento de ações que conduzam à formação do cidadão, com acesso a uma renda monetária duradoura, fruto do trabalho, tendo como perspectiva a conquista da autonomia.

A política de assistência social avança para o fortalecimento de pautas que estão além do fortalecimento do SUAS na Bahia, tais como as violações históricas de direitos humanos básicos, a defesa e a garantia dos direitos à educação, à saúde, ao desenvolvimento e à proteção. Direitos

1 – As informações sobre o ZEE Bahia estão disponibilizadas no site www.zee.ba.gov.br

2 – Esta dimensão está associada a como as pessoas se sentem a respeito de suas próprias vidas e, num sentido mais restrito, à avaliação e à percepção subjetiva das pessoas sobre suas condições objetivas de vida.

de mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com necessidades especiais, povos e comunidades tradicionais e LGBT estão na agenda de desenvolvimento social do Estado, com representação política cada vez mais forte e socialmente organizada. Na Bahia, foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa em junho de 2014, como resultado da atuação dos movimentos sociais junto ao governo, como forma de garantir a priorização dos temas nele tratados nas políticas públicas no Estado.

A articulação dessas diversas dimensões é o desafio de dar conta da complexidade, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e as violências, por meio de ações coordenadas, transversais, planejadas, que possuem continuidade no tempo e no espaço e possam ser monitoradas a partir do estabelecimento de prioridades, de metas e de mecanismos de gestão, e avaliadas para seu contínuo aperfeiçoamento.

3.2. SEGURANÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Soma-se às pautas de garantia de direitos humanos, na sua concepção mais ampla, a construção de um sistema de **segurança pública cidadã**, que leve em consideração não apenas uma análise conjuntural de situações de violência, mas que siga uma contextualização estrutural, de caráter mais profundo, identificando a razão social e política de ser das instituições, em níveis micro (família, grupos de convivência), médio (escola, comunidades, unidades de segurança pública) e macro (estado, partidos, movimentos sociais, religiões, justiça, forças de segurança pública, sistemas de ensino, etc.).

A fim de auxiliar na questão da segurança, tem-se o Pacto pela Vida que promove ações com a capilaridade necessária: da reclusão por pena à educação formal em tempo integral; da habitação de interesse social ao aco-



Na saúde é importante
considerar o perfil da
população do estado, que é
majoritariamente
negra e parda



lhimento provisório; da qualificação profissional ao acesso à saúde, justiça e cidadania; do policiamento ostensivo ao monitoramento remoto; da ronda disciplinar à premiação por desempenho.

Existem também projetos estaduais de habitação de interesse social edificados em áreas críticas que incorporam a preocupação com os direitos fundamentais da pessoa humana. Isso ocorre ao prever em tais empreendimentos a presença de espaços e equipamentos de esporte, lazer e de socialização, além de escolas e postos de saúde. Em tais áreas, escolas de tempo integral também foram pensadas, pois a educação integral propicia formação de maior intensidade e amplitude.

Ante o desafio representado pelo combate às drogas, que exigem capacidade de mobilização para ações de repressão e enfrentamento direto a grupos armados, a visão social e a percepção de que prevenir deve prevalecer.

A construção de uma visão prognóstica será orientadora da construção de alternativas de estratégias e políticas. E esse contexto social é o ponto de partida dos cenários que deverão orientar o planejamento social e econômico nos próximos anos.

Entende-se que a melhoria da qualidade e condição de vida está estreitamente ligada aos níveis educacionais da população. Neste sentido, **educação** é agenda prioritária no Brasil e na Bahia, num contexto de ambiente favorável em diversas outras esferas. A capacidade e as alternativas de financiamento ampliaram-se. Exemplo disso é a implantação do plano nacional, de duração plurianual, que deve visar, fundamentalmente, à articulação e ao desenvolvimento do ensino e à integração das ações dos poderes, fundamental para conduzir à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação do trabalho e promoção humanística, científica e tecnológica do país. (WORLD BANK, 2010).

A política estadual de educação deve considerar a importância do fortalecimento da articulação com os municípios, no que diz respeito à repartição de competência constitucional referente à educação infantil, assim como o ensino fundamental, que é de competência prioritária dos municípios, mas que o Governo do Estado pode atuar em regime de colaboração para garantir a universalização do ensino obrigatório.

Para responder à dinâmica populacional recente, caracterizada por um bônus demográfico nas faixas de jovens e adultos jovens no estado da Bahia (até 29 anos), as alternativas de financiamento público e privado da educação superior têm se ampliado. Além disso, o aumento da participação das pessoas com renda mais baixa no mercado, nos últimos anos, tende a dinamizar a educação privada e a fortalecer a demanda por qualificação e educação profissional. A queda na taxa de fecundidade e a redução da proporção da população jovem, no médio prazo, evidenciam uma tendência de diminuição na pressão sobre o sistema educacional e sobre outros serviços destinados à criança e ao adolescente. Desse modo, essa mudança na base da pirâmide etária poderá impactar na razão professor/aluno, melhorando as possibilidades de atenção mais individualizada ao estudante pelo professor.

Num outro aspecto, as leis de proibição do trabalho infantil, as políticas de universalização do ensino fundamental e contra o analfabetismo, e as condicionalidades dos programas sociais que exigem matrícula e frequência à escola, são forças aliadas na educação de crianças e jovens.

A Bahia tem vivido o mesmo processo de transição demográfica observado no Brasil, com destaque para uma mudança ainda mais rápida na estrutura demográfica nos municípios do interior do Estado.

A **saúde** pode ser contextualizada em duas grandes dimensões. Por um lado, pode ser considerada como produto de comportamentos de indivíduos e famílias (estilos de vida, dieta, atividade física, hábito de fumar), o que leva à ênfase em programas educativos relacionados a riscos comportamentais passíveis de mudança. Por outro, pode-se entender a saúde como produto de amplo espectro de fatores relacionados à qualidade de vida, o que demanda uma ênfase em ações voltadas para o coletivo de indivíduos e ambiente (físico, social, político, econômico, cultural). (NORONHA, 2013).

Do mesmo modo que na educação, na saúde é importante considerar o perfil da população do estado, que é majoritariamente negra e parda, o que tem influência direta nas demandas por saúde e na assistência às doenças do aparelho circulatório e às doenças falciformes.





Num contexto de mudanças rápidas na dinâmica dos componentes demográficos (mortalidade, fecundidade e migração), as respostas à saúde da população devem também ser ágeis e dinâmicas, priorizando a prevenção e a atenção básica.

Assim sendo, devemos pensar a saúde como resultante das condições concretas de vida, que envolve trabalho e renda, alimentação, moradia, saneamento, educação, cultura, esporte, lazer, transporte. Pensar a saúde das pessoas é pensar de forma transversal as políticas públicas voltadas para a qualidade de vida.

Com base na constituição, “a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.” (Constituição Federal, 1988; Lei 8.080/90. art. 196).

A constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) tem como base o conceito ampliado de saúde, a necessidade de criar políticas públicas para promovê-la, o imperativo da participação social na construção do sistema e das políticas de saúde e a impossibilidade de o setor ser responsável solitariamente pelo enfrentamento dos determinantes e condicionantes com vistas a opções saudáveis para a população, o que explicita a crescente e urgente necessidade da integração das políticas de saúde com as demais políticas sociais e econômicas.

O perfil de morbimortalidade na Bahia tem por destaque a alta incidência de doenças crônicas e degenerativas (doenças do aparelho circulatório, neoplasias e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas), correspon-

A constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) tem como base o conceito ampliado de saúde, a necessidade de criar políticas públicas para promovê-la, o imperativo da participação social



dendo a 39,7% das mortes no estado. Também as altas taxas de agravos por causas externas e de problemas associados ao parto e ao puerpério, embora a mortalidade infantil esteja em decréscimo.

O cenário atual é ainda de elevada taxa de mortalidade infantil, principalmente no período neonatal (antes de um mês de vida), associado a elevada morbimortalidade materna, configurando uma realidade onde há insuficiente cobertura assistencial e carências na qualidade do sistema e dos serviços de saúde. Complementarmente, observa-se tendência de aumento da renda e melhoria das condições de infraestrutura urbana e habitacional, do acesso ao saneamento básico e do grau de urbanização do estado, que definem o contexto para a construção dos cenários prospectivos em saúde e educação e a formação para o mundo do trabalho.

3.3. DESENVOLVIMENTO DA SOCIOECONOMIA

Os avanços sociais impactaram positivamente na economia, particularmente, no setor de serviços, no qual se percebe uma forte desconcentração espacial de muitas de suas atividades, motivada principalmente pelo desenvolvimento das redes de cidades de pequeno e médio porte no Estado, gerando forte dinamismo econômico nestas regiões.

Dentre os fatores que impulsionam este movimento, destaca-se a descentralização das universidades, institutos federais e complexos de saúde, ampliação dos programas habitacionais para população de baixa renda e das obras de infraestrutura no interior, programas de transferência de renda e grandes investimentos privados. Os impactos no setor de serviços são sentidos principalmente nos segmentos de serviços profissionais e especializados, dado o surgimento de novas oportunidades de negócios, e nos segmentos de serviços pessoais, com o maior acesso dos extratos mais baixos de renda a eles.

Destacam-se, ainda, os serviços voltados ao turismo, setor de grande potencial no estado, principalmente no que se refere aos segmentos de turismo ecológico, de aventura, náutico, grandes eventos e de negócios.





Cenário diferente se observa na **indústria** baiana de transformação, que nesta segunda década do século XXI continua apresentando elevada concentração setorial – a despeito dos vultosos investimentos realizados ao longo dos últimos 14 anos e que objetivavam reverter essa tendência – além de se apresentar concentrada em poucos municípios, o que tem conduzido a perda de sua representatividade tanto em termos de agregação de valor ao PIB da Bahia, como na dinâmica de crescimento do estado.

Apenas como referência da perda de participação da indústria de transformação no PIB estadual, observa-se que em 2005 o setor representava aproximadamente 16,9%; em 2012 representou apenas 8,8% e, em 2013, ainda que com uma pequena melhora, este quadro praticamente não se alterou, registrando apenas 9,1% de participação da indústria no PIB. As razões para essa diminuição de importância estão relacionadas ao perfil de produção extremamente concentrado nos gêneros químico e petroquímico, que respondem por aproximadamente 50% do valor da transformação industrial (VTI) em 2013. Os gêneros alimentícios, indústria automobilística e papel e celulose são responsáveis por outros 35% nesse mesmo período. Quando um desses segmentos apresenta uma quebra estrutural de tendência, devido, em parte, às instabilidades da conjuntura internacional e ao menor ritmo de crescimento da indústria nacional, toda a indústria de transformação ressen-te-se e diminui o seu dinamismo. Parte dessa perda de dinamismo também se dá pelo baixo desenvolvimento de P&D e baixa incorporação de inovações no processo produtivo.

Essa elevada concentração setorial mostra que, apesar da política de atração e interiorização dos investimentos do governo do estado da Bahia ter efetivado, principalmente entre os anos de 2007 e 2013, pouco mais de R\$ 12,4 bilhões (Secretaria de Indústria Comércio e Mineração – SICM)), esses investimentos não foram capazes de transformar ou modificar essa estrutura produtiva e nem mesmo elevaram a dinâmica do setor industrial. Segundo os dados da SEI, entre 2010 e 2014 a indústria baiana de transformação apresentou um crescimento médio de 2,5%, acumulando 14,3% nesse período. Nesse mesmo período o PIB da Bahia expandiu-se em média 3,7%, acumulando 20,2%.

Ao longo dos últimos anos (notadamente entre 2012 e 2014), alguns desses setores apresentaram uma inflexão na atividade, a exemplo da indústria automobilística, que há dois anos consecutivos apresenta dificuldades nas exportações e elevado acúmulo de estoques, e a indústria de refino de petróleo, que apresenta um quadro de alerta em função da instabilidade do preço do barril de petróleo. Em 2012 e 2013 a indústria de refino do petróleo gerou valor agregado negativo em função da elevação do preço do petróleo.

Outro aspecto relevante diz respeito à indústria baiana, que historicamente concentrou suas atividades na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo, graças à implantação do Centro Industrial de Aratu, do Polo Petroquímico de Camaçari e, posteriormente, da Ford. Dados do PIB mais recentes (dados do IBGE para 2012) demonstram a manutenção dessa realidade. As duas regiões juntas respondem por 52,4% do Valor Adicionado Bruto (VAB) industrial do Estado. A região Oeste, responde, por sua vez, por aproximadamente 2,8% do VAB industrial, apesar de abranger 25 municípios e ocupar 29% do território baiano.



Com este quadro, fica evidente a necessidade de reverter as deficiências nos fatores locacionais para viabilizar a atração de setores industriais mais dinâmicos e estruturantes, pois o modelo vigente de atração de investimentos baseado em incentivos foi julgado inconstitucional em 1º/6/2011, pelo Supremo Tribunal Federal, visando acabar com a chamada “guerra fiscal”.

Por sua vez, o **comércio externo** baiano continua apresentando uma pauta de exportação bastante concentrada, tanto em relação aos parceiros comerciais quanto em relação aos produtos (destacando-se o refino de petróleo, petroquímica, automóveis, celulose e metalurgia básica, além das *commodities* agrícolas e minerais). Com a ampliação do mercado interno nacional e a sinalização de recuperação da economia mundial – crescimento de 3,3% em 2014 e projeção de 3,8% em 2015 – a expectativa é de ampliação do comércio externo, inclusive no que se refere a fluxos de importação.

Em relação ao **comércio interno**, percebe-se uma ampliação da descentralização espacial dessas atividades, principalmente com a elevação do nível de renda e crédito, que atinge atualmente um patamar de 56,8% do PIB, além dos investimentos públicos e privados destinados ao interior do estado. Um reflexo desse impacto tem sido o surgimento de novos *shoppings centers* fora de Salvador, tendo atualmente oito em-

preendimentos deste tipo em construção e mais um na capital, voltado para o público das classes C e D da população.

Além disso, a ampliação do **e-commerce** no estado tem mostrado sinais de forte avanço, acompanhando a tendência mundial de crescimento das lojas virtuais nos comércios atacadista e varejista.

De grande importância para o desenvolvimento da economia estadual, a **infraestrutura** baiana de logística de transportes está caracterizada por elevada concentração no modal rodoviário, com pequena integração com outros modais, o que eleva os custos e torna os produtos menos competitivos. A esta situação, soma-se insuficiente capacidade de atendimento dos portos frente a uma demanda crescente, o que tem levado a Bahia a perder fluxos de cargas que acabam saindo por portos localizados em outros estados.



Outro importante setor da infraestrutura estadual é o setor energético, caracterizado por elevada concentração na produção de energia não renovável (petróleo e gás), enquanto a renovável está concentrada na hidráulica (65,17% da capacidade de geração); seguida pelas Usinas Termoelétricas (24,14%) e, por último, pela Central Geradora Eólica (9,65%). Quanto à distribuição, a rede de transmissão atualmente é insuficiente para atender a demanda e há carência de subestações.

Pode-se observar, também, que a produção de petróleo no estado é majoritariamente extraída de campos terrestres (*on shore*) considerados marginais ou maduros. Em 2007, com o início das operações no Campo de Manati, a Bahia passou a aumentar a produção no mar, embora esta ainda seja minoritária. A produção de petróleo no mar (*off shore*) apresentou crescimento de 2007 até 2010, quando começou a ter pequenas reduções. Por sua vez, a produção de gás natural em 2013 somou 3.172,9 milhões de m³ – isso equivale a uma fatia nacional de 11% da produção, graças ao processo de exploração desenvolvido no campo de Manati. Porém, dados divulgados pelo Ministério de Minas e Energia demonstram que haverá declínio na produção desse campo a partir de 2017. A oferta, porém, será ampliada com a implantação do Terminal de Regaseificação da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos, com capacidade para regaseificar 14 milhões de metros cúbicos de gás por dia.





O setor agropecuário registrou crescimento médio no período de 2003 a 2013 de 4% ao ano, alcançando em 2013 uma participação de 6,5% no PIB estadual

Por sua vez, a infraestrutura de banda larga disponível no estado não é suficiente para cobrir com eficiência todo o seu território. Carece também de investimentos que modernizem e qualifiquem a atual estrutura. Porém o setor de comércio e serviços, a urbanização no interior, a ampliação das universidades e a moderna agricultura empresarial, estão demonstrando um quadro positivo para futuro.

Quanto ao setor da **construção civil**, observou-se um significativo crescimento até 2012, mas que encontra gargalos como escassez de mão de obra qualificada e elevados custos de produção como fatores que poderão influenciar negativamente este crescimento, que é quase sempre puxado pela crescente oferta de crédito, melhoria da renda e o elevado déficit habitacional da Bahia. Do mesmo modo, a construção civil pesada também tem sido impulsionada pela grande demanda de projetos de logística.

Com destaque na atividade econômica estadual, o **setor agropecuário** registrou crescimento médio no período de 2003 a 2013 de 4% ao ano, alcançando em 2013 uma participação de 6,5% no PIB estadual. Considerando o complexo do agronegócio³, estudo da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2013), revela que no período de 2003 a 2011, o crescimento

3 – De acordo com a FIPE, a metodologia para o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio considera, além da agropecuária propriamente dita, as atividades que alimentam e são alimentadas pela produção rural. Desse modo, o PIB do agronegócio resulta da soma de quatro agregados principais: insumos, agropecuária, indústria e distribuição.



real do agronegócio baiano foi de 44,8%, apresentando tendência à elevação da participação do PIB do agronegócio no PIB estadual, que passa de 24,4% para 24,8% no mesmo período. Salienta-se neste contexto o segmento da agricultura empresarial, caracterizado pelo desenvolvimento de uma agricultura voltada para exportação. No ano de 2013, o setor exportou aproximadamente R\$ 4 bilhões em *commodities* agrícolas.

Por outro lado, a agricultura baiana é marcada fortemente por unidades produtivas de base familiar. Os estabelecimentos familiares representam 87% do total dos estabelecimentos agropecuários do estado e 15,2% do total de estabelecimentos familiares do país. Este segmento é responsável por um volume expressivo de pessoal ocupado no setor agropecuário estadual (81%) e pela geração da grande maioria da produção de alimentos da cesta básica – mandioca (91%); feijão (83%), milho (44%) e leite (52%). Entretanto, caracteriza-se ainda por um baixo nível tecnológico, de qualificação, organização e de inserção no mercado, principalmente na região semiárida, que representa cerca de 70% da área do estado. Conforme o Censo Agropecuário de 2006, 48,3% dos estabelecimentos de agricultura familiar possui pouca integração com mercado e apenas 27,7% eram muito integrados.

Nas últimas décadas o Estado apresentou uma redefinição da sua matriz agrícola, expressa, de um lado, pelo surgimento e expansão de novas lavouras, e do outro, pela crise e estagnação das culturas tradicionais. Esse movimento pode ser percebido pela perda significativa do domínio da caucultura, cuja participação no Valor Bruto da Produção (VBP) da agricultura baiana cai de 36,2% para 5,9% entre 1985 e 2000, mantendo-se em torno de 6,4% em 2012. A mamona, outra cultura tradicional, segue a mesma tendência. Sua produção registra uma taxa negativa anual de 2,4% entre 1980-2003. Em contraposição à queda e à estagnação, observa-se a expansão de novas culturas na estrutura produtiva do estado, a exemplo dos grãos na região do oeste baiano, em especial a soja, cuja participação



A agricultura baiana é marcada
fortemente por unidades
produtivas de base familiar

no VBP estadual se eleva de 3,3% em 1985, para 10,7% em 2000, atingindo 21,2% em 2012. Nesta mesma direção, destaca-se a emergência e consolidação do setor frutícola, particularmente na região de Juazeiro. As culturas de manga, uva e melão, que em 1985 não tinham qualquer relevância na pauta agrícola estadual, coloca a Bahia, em 2010, em segundo lugar na produção e exportação de frutas frescas no país.

Embora o setor agrícola baiano tenha apresentado crescimento e diversificação da sua matriz produtiva, esta expansão resultou em uma forte concentração espacial e econômica, haja vista que cerca de 10 municípios abarcam mais de 40% do Valor Bruto da Agropecuária do estado. Por outro lado, parte expressiva dos recursos gerados pela agricultura dinâmica é drenada para fora do Estado, uma vez que a rede de transporte rodoviário da Bahia favoreceu os ramais que ligam os grandes centros urbanos do sudeste aos do Nordeste, deixando amplas zonas rurais carentes de vias vicinais e a região oeste da Bahia praticamente isolada da capital do Estado.

Neste contexto, cabe ressaltar a representatividade da região do semiárido, que ocupa a maior parte do território baiano abrangendo 265 municípios, correspondendo a cerca de 70% do território estadual. Nessa região vivem cerca de 6,7 milhões de pessoas, aproximadamente 48% do total do Estado (IBGE, 2010). Apesar de sua relevância territorial e populacional, a expressão econômica da região não chega a 1/3 do estado, 28% do PIB estadual. Já o PIB agrícola da região representa quase a metade de toda a riqueza agrícola (46%) produzida no Estado. A região é afetada por um fenômeno natural sério que é a baixa pluviosidade. Além disso, as chuvas são concentradas em poucos meses do ano, o que acaba tendo forte rebatimento no grau de desenvolvimento econômico, explicando a vulnerabilidade



O PIB agrícola da
região [semiárido]
representa quase a
metade de toda a
riqueza agrícola (46%)
produzida no Estado



produtiva e de infraestrutura da região, traduzida nos baixos desempenhos dos indicadores socioeconômicos em relação ao restante do Estado. A falta de investimentos estruturantes expõe sua vulnerabilidade em épocas de baixa ou ausência de chuvas, quando se instala a crise de produção agropecuária, base econômica em que está assentada a maioria dos municípios. Sob o ponto de vista social a região apresenta elevada vulnerabilidade, concentrando 23,3% da população em situação de pobreza extrema e taxa de analfabetismo de 22,2% frente à média estadual de 18,4% e 16,6% respectivamente. (IBGE, 2010).

Por outro lado, o semiárido apresenta grande potencial para o desenvolvimento de geração energética (eólica e fotovoltaica ou solar) e exploração de recursos minerais, atividades que abrem janelas de oportunidades para o desenvolvimento da região.

Várias oportunidades de desenvolvimento econômico e social podem ser agregadas com a valorização das potencialidades culturais, considerando que as atividades culturais, por envolverem processos de produção, circulação e consumo de produtos, são fontes geradoras de emprego e renda, de atração de investimento e de captação de divisas.

A importância econômica da cultura motivou a consultoria PriceWaterhouse & Coopers (PWC) a dimensioná-la. A pesquisa realizada por essa empresa estimou em aproximadamente US\$ 1,4 trilhão o faturamento no ano de 2006 da Indústria Global de Entretenimento e Mídia⁴. O estudo projetava para 2011 uma receita de US\$ 2 trilhões, o que corresponde a um crescimento médio de 6,4% ao ano no período 2007-2011 (GORGULHO, L et al 2009).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) elaborada pelo IBGE, o segmento de economia criativa no estado da Bahia é responsável por 171 mil ocupações, isto é, 2,6% do total de ocupações. O rendimento médio dos ocupados com economia criativa chega a R\$ 1.553,00 – valor considerado significativo.

A Bahia é o terceiro estado da federação de maior rendimento médio por ocupados no setor cultural. A participação do governo no segmento também vem crescendo. De 2007 a 2010, houve um crescimento de 65% no total de investimentos do governo em economia criativa⁵.

Embora seja notável o empenho das universidades federais na produção de conhecimento sobre o segmento, a economia criativa ainda carece de estudos que possam embasar e identificar mais oportunidades de empreendimentos criativos no Estado. Outro obstáculo para o desenvolvimento da economia criativa no estado é a formação e capacitação profissional.

A Bahia tem se destacado como um estado representativo no que se refere à atividade cultural/criativa brasileira. O estado possui uma significativa produção nas áreas de música, teatro, audiovisual, dança, artesanato e publicidade. Os estados da Bahia e de Pernambuco são aqueles que apresentam

4 – Conceito que engloba, além dos setores tipicamente culturais (música, audiovisual, artes cênicas, editorial, patrimônio histórico), esportes e parques temáticos.

5 – GOVERNO DA BAHIA, Bahia Criativa: Diretrizes e Iniciativas para o Desenvolvimento da Economia Criativa na Bahia, 2014.

mais salas de cinema na região Nordeste, apesar de apresentarem elevados graus de concentração em suas capitais: cerca de 70% das 71 salas existentes na Bahia encontram-se na capital⁶.

No Brasil há uma clara concentração da oferta de teatro no Sudeste do país, com 689 estabelecimentos. O Nordeste é a segunda em números de teatros, porém ficando bem atrás com 246. Considerando todas as unidades federativas, a Bahia se encontra na 7ª colocação. Além do baixo número de estabelecimentos, fica evidente a concentração dos teatros na capital, com 63,3%⁷.

Apenas 5% dos municípios brasileiros realizaram festivais ou mostras de vídeo. A Bahia representa 5,7% desse universo (12º), ficando atrás de estados com menor expressão econômica como Amapá, Espírito Santo, Acre, Amazonas, Rondônia, Alagoas e Roraima. No que tange o número de municípios com escolas, oficinas ou cursos de vídeo, apenas 2,1% dos municípios do Brasil possuem e a Bahia somente 1,2%.

Os processos de internacionalização da economia e os avanços tecnológicos ampliaram a complexidade das áreas urbanas que polarizam os fluxos de serviços econômicos e sociais.

No estado da Bahia a concentração das demandas e ofertas desses serviços estão historicamente concentradas na Região Metropolitana de Salvador e nas médias cidades, com destaque para Feira de Santana, considerada polo estadual, Vitória da Conquista, Barreiras, Ilhéus e Itabuna, como polos regionais⁸.

3.4. DESENVOLVIMENTO URBANO

A implementação da Política Estadual de **Desenvolvimento Urbano** de forma participativa, respaldada pela criação de instrumentos legais como o Concidades, e as Políticas de Habitação de Interesse Social (PHIS), de Saneamento e de Resíduos Sólidos, agregam avanços na trajetória de construção de cidades sustentáveis. Entretanto, há um passivo considerável, com constante crescimento das demandas sociais que requerem investimentos e ação coordenada do governo estadual em articulação com municípios e com o governo federal, que desenvolve programas voltados para a habitação, saneamento e mobilidade urbana, dentre outros.

As políticas governamentais, adotadas no Brasil a partir de 2002 e na Bahia a partir de 2006, se direcionaram para impulsionar o crescimento econômico com distribuição da renda, tendo como base a ampliação do acesso a bens de consumo, com a maior disponibilidade de crédito no mercado, permitin-

6 – GOVERNO DA BAHIA, Bahia Criativa: Diretrizes e Iniciativas para o Desenvolvimento da Economia Criativa na Bahia, 2014.

7 – Cultura em números: anuário de estatísticas culturais – 2ª edição Brasília: MinC, 2010 252 p: il. Color.

8 – Ver Estudo da Rede Urbana da Bahia (SEDUR, 2011).

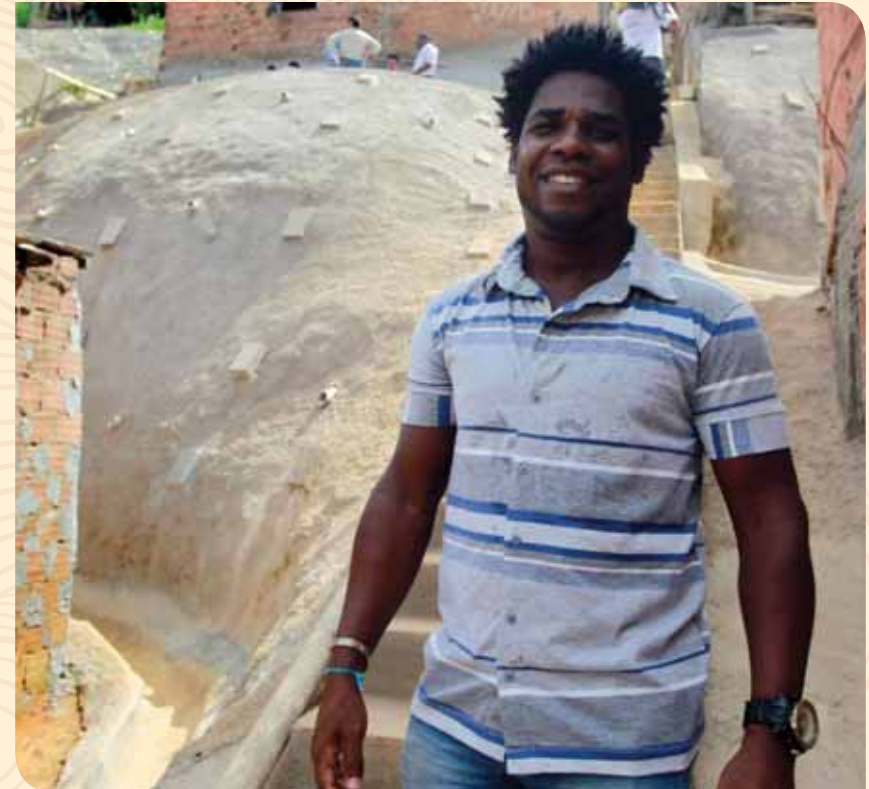


do o financiamento de bens moveis e imóveis. Essa perspectiva também demandou o aprimoramento de políticas públicas, inclusive das políticas urbanas. Este quadro requer uma revisão profunda das práticas urbanísticas. Se por um lado se reconhece as cidades como instrumento e produto do desenvolvimento econômico e social, por outro é necessário pensar as cidades como “centros” propulsores desse desenvolvimento e como local para o exercício de uma cidadania plena.

Na Bahia, a política estadual de desenvolvimento urbano está voltada para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, com desenvolvimento socioeconômico e ambiental equilibrado. Apesar dos avanços, o Estado ainda convive com grandes problemas no fornecimento de bens públicos e serviços básicos para a população, fruto da ausência de políticas específicas no passado. Neste sentido, a Política de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia vem sendo traçada com a perspectiva de promover um desenvolvimento com qualidade das cidades, atendendo às necessidades sociais, culturais, institucionais e econômicas de toda a população.

Na área de habitação o total de unidades contratadas pelo Minha Casa, Minha Vida (MCMV) no estado foi de 100.723 unidades habitacionais (uh), das quais 65.107 estão na faixa de 0-3 salários mínimos para municípios acima de 50.000 habitantes e regiões metropolitanas. A Bahia foi o primeiro estado a atingir a cota de 32.000uh destinadas à faixa de renda de até três salários mínimos. O programa Casa da Gente vem proporcionando condições dignas de vida nas áreas urbanas e rurais por meio da implementação de ações de construção de novas moradias, melhorias habitacionais, urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária, além de ações de mediação de conflitos fundiários, assistência técnica, preservação ambiental, cultural e socioeconômica.

No segmento da mobilidade, a integração do Litoral Norte com Salvador, a partir de um transporte de massa moderno e de qualidade, será viabilizada



Na Bahia, a política estadual de desenvolvimento urbano está voltada para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, com desenvolvimento socioeconômico e ambiental

com a implantação da Linha 2 do metrô. Com 22 km de extensão, o projeto compreende a construção e operação de um metrô de superfície na Avenida Paralela, entre Lauro de Freitas e Salvador, utilizando o canteiro central e beneficiando 1,5 milhão de moradores dos dois municípios. A Linha 2 será interligada à Linha 1, começando na capital baiana, na avenida Bonocô, seguindo pelas avenidas ACM e Paralela até Lauro de Freitas, com recursos do PAC Mobilidade Grandes Cidades e do governo baiano.

O Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas compreende as Linhas 1 (atualmente em operação assistida) e 2 (em construção). O projeto de expansão da Linha 1 expande o sistema metroviário até a região de Águas Claras e Cajazeiras, com duas estações (Campinas/Brasilgás e Águas Claras/Cajazeiras).

3.5. INOVAÇÃO

Buscando atender às demandas por **inovação**, a Bahia vem apresentando nos últimos anos, uma evolução da sua capacidade científica e tecnológica, tanto em relação aos recursos humanos quanto em infraestrutura, destacando-se a ampliação dos cursos de mestrado e doutorado, que mais que triplicaram nos últimos 10 anos, saindo de 52 cursos de mestrado e 21 de doutorado em 2005, para 166 cursos de mestrado e 72 de doutorado em 2014.





Cabe destacar também, a criação de cinco novas universidades federais, criação e ampliação do número de Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o estado, e a implantação do Parque Tecnológico na capital, voltado para abrigar centros de pesquisa e desenvolvimento, laboratórios e incubadoras de base tecnológica nas áreas de biotecnologia, fármacos, tecnologia da informação e energia.

A ampliação do número de universidades e, conseqüentemente, dos cursos de graduação e pós graduação gerou como consequência positiva a contratação de novos docentes com o título de doutor. Segundo a GEOCAPES, no ano de 2004, por exemplo, tínhamos 794 professores doutores nas Instituições de Ensino Superior (IES) da Bahia, passando a 2.495 em 2013.

Em consequência, segundo a Fundação de Amparo à Pesquisa do estado da Bahia (FAPESB), houve um aumento de aproximadamente 6.000 bolsas de pós-graduação, no ano de 2013. Entretanto, apesar desta ampliação recente, ainda é grande a assimetria entre a realidade baiana e do Centro-Sul brasileiro, que permanece polarizando os principais investimentos e atividades nesta área. Em alguns aspectos, a Bahia tem perdido posições inclusive em relação a outros estados da região Nordeste, como Pernambuco e Ceará.

Os investimentos no ensino superior, em bolsas e projetos de pesquisas para o Estado têm se ampliado nos últimos anos, mas a manutenção fora do Estado dos centros de P&D dos grandes empreendimentos produtivos presentes na Bahia, não tem propiciado a geração de novas tecnologias e inovações na base produtiva local, principalmente adequadas à realidade socioambiental estadual. A atuação da CT&I na Bahia ainda se caracteriza por uma série de fragilidades, e se mantém fortemente influenciada pela agenda nacional, sinalizando que ainda há muitas questões a serem superadas até que se tenha uma mudança real na capacidade tecnológica e inovativa da produção baiana.

3.6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Outro aspecto importante é a conciliação do crescimento econômico com a **sustentabilidade ambiental**, preocupação cada vez mais presente no planejamento e no âmbito decisório dos governos, que devem levar em consideração o potencial da perda de biodiversidade quando da implementação de políticas e ações públicas e privadas, de forma a evitá-la ou mitigá-la.





O estado da Bahia é favorecido com ampla diversidade natural, com seus ambientes distintos e peculiares – a biodiversidade do Litoral (mangues e restingas), da Mata Atlântica, da Caatinga e do Cerrado – e, na contracorrente, um processo de industrialização que, ao longo dos últimos anos, gerou alguns passivos ambientais significativos. Tal complexidade exige uma gestão que combine a prevenção e a ação para melhoria ambiental e a conjugação de gestão, participação social e diálogo intersetorial, para garantir a sustentabilidade da qualidade ambiental e de vida.

Uma política ambiental para a biodiversidade envolve as unidades de conservação, os corredores ecológicos, o pagamento por serviços ambientais, a repartição de benefícios de uso da biodiversidade, a conservação do patrimônio genético – das espécies da flora e da fauna – e a educação ambiental ((BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013b).

Os problemas ambientais existentes são muitos e dispersos regionalmente, em decorrência tanto da concentração populacional, quanto das atividades econômicas. Isso decorre, fundamentalmente, do fato desses sistemas produtivos estarem fortemente vinculados às demandas globais como o turismo, silvicultura, carcinocultura, mineração, produção de grãos e de agrocombustíveis e à ausência de diretrizes ambientais – nacionais e estaduais. Essas atividades terminaram por gerar fortes impactos ambientais ao longo dos anos ((BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013b).

A Bahia foi o estado que mais apresentou supressão da cobertura vegetal nativa da Caatinga entre 2008-2009, mesmo não figurando como o estado mais antropizado, apresentou três municípios na lista dos cinco maiores desmatamentos no período, destaque especial para Mucugê (59,02 km²), Ruy Barbosa (39,27 km²) e Sátiro Dias (26,87 km²) (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).



Nas três últimas décadas, o cerrado, notadamente na região do oeste baiano, vem sendo degradado pela expansão da fronteira agrícola brasileira, no tocante ao uso antrópico do solo, em especial, na bacia hidrográfica do Rio São Francisco (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).

As zonas do Estado em risco de desertificação deverão constituir prioridade para implementação de programas, bem como as áreas de vulnerabilidade física crítica ou com processos ativos identificados através da reabilitação (recuperação e manutenção de funções ecológicas) de áreas produtivas intensamente alteradas, e da recuperação da capacidade produtiva – solos, águas superficiais e subterrâneas, com prioridade para: Cabeceiras e Veredas do Oeste, Microrregião de Irecê, Região Sisaleira (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013).

A Lei nº 13.223/15 que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços ao Meio Ambiente (PSA) e criou o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais tem como objetivos, estimular a proteção, a melhoria e a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade, visando o desenvolvimento sustentável. As principais modalidades de serviços ecossistêmicos e da biodiversidade a serem trabalhadas são o sequestro de carbono; a conservação da beleza cênica natural; a conservação da biodiversidade; a conservação das águas e dos serviços de natureza hídrica; a regulação do clima; a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; a conservação e melhoramento do solo; formação e/ou melhoria dos corredores ecológicos entre áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade; a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos (BAHIA, 2012).

Os provedores prioritários dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade serão os povos e comunidades tradicionais, bem como os agricultores familiares, pelo reconhecimento do papel dos mesmos nas práticas de conservação, preservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais – em especial, as florestas – e da promoção do fortalecimento da identidade cultural e do respeito aos saberes aplicados (BAHIA, 2012).

Com o novo modelo de regulação ambiental promovido pela Lei nº 12.377/2012, e pelo Decreto nº 14.024/2012, promoveu-se a descentralização e se possibilitou a integração das políticas estruturantes de meio ambiente e de recursos hídricos e a qualificação do processo de gestão ambiental, dando agilidade aos processos de licenciamento. Foram analisados 3,8 mil processos de regulação de atividades e empreendimentos impactantes, sendo que três mil foram concluídos. Atualmente, 203 municípios de todos os Territórios de Identidade estão aptos ao licenciamento ambiental e recebem apoio técnico para as ações administrativas deste licenciamento, principalmente através de capacitações, previstas na Lei Complementar nº 140/2011 (BAHIA. SEPLAN, 2015a).

Também em 2012, iniciou-se o cadastramento das propriedades rurais no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), que já somam 10 mil propriedades com regularização ambiental em 2014, totalizando 5,4 milhões de hectares de terra (BAHIA. SEPLAN, 2015a).

Tem-se ainda o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE – preliminar), instrumento estratégico de ordenamento e planejamento que, articulados com os PDS/PM, os Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs), os Planos de Manejo das Unidades de Conservação (PMUCs) e o Zoneamento Costeiro (ZC) que promoverão a gestão territorial, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

3.7. GESTÃO PÚBLICA

Cabe ressaltar os processos de mudanças, promovidas em função de vários vetores, a exemplo do fortalecimento da democracia e da sociedade civil organizada; da globalização da cultura e de mercados; da revolução tecnológica; da sustentabilidade ambiental e da economia virtual. Consequentemente, evolui-se para um ambiente cada vez mais complexo, onde o Estado tem o relevante papel de definir estratégias com base nas capacidades do mercado e da sociedade, e compatibilizar o desenvolvimento nas esferas econômica, social e ambiental.

Como parte dessa grande teia global, o Brasil também passou, ao longo das últimas décadas, por transformações significativas, principalmente no

Modernizar a gestão pública,
a partir da mobilização dos
diversos níveis de governo, dos
poderes e da sociedade



que se refere ao processo de crescimento com atenção às questões sociais e à complexidade das relações entre os atores públicos e privados. Porém, ainda há muito a ser feito, principalmente porque as competências para alavancar o crescimento sustentado não são as mesmas requeridas para estabilizar a economia. Essa evolução indica que é o momento de integrar de maneira eficiente o planejamento e a gestão. Os últimos anos demonstraram as dificuldades da **gestão pública** no Brasil, e as respostas dos governos (nacional e subnacionais) às demandas da sociedade não podem ficar restritas à ação de um só órgão ou instituição, e nem mesmo a uma única esfera de governo. Diante das restrições de recursos públicos, de um lado, e do aumento das demandas sociais, de outro, faz-se necessário que os governos atuem preventivamente, antecipando-se a problemas e descartando soluções simplistas e fragmentadas, como a busca da redução linear de gastos a qualquer custo, que só denotam a fragilidade dos sistemas de planejamento.

Importa ainda salientar que apesar das sucessivas medidas de modernização e reformas administrativas iniciadas e não completamente concluídas, a administração pública brasileira enfrenta o paradoxo de conviver com práticas patrimonialistas, burocráticas e gerenciais. Para Cardoso Jr. (2014) a coexistência de setores antiquados, com práticas inadequadas, ao lado de áreas que funcionam a partir de uma visão moderna, com métodos gerenciais inovadores, exige o desenho de estratégias diferenciadas de ação, adequadas para cada um desses contextos. De forma geral, a máquina pública encontra-se desaparelhada e orientada por marcos legais e normativos obsoletos, muitos deles desalinhados em relação a dispositivos constitucionais, alguns ainda não regulamentados, situação que a submete a um risco excessivamente alto de judicialização.

O desafio de modernizar a gestão pública, a partir da mobilização dos diversos níveis de governo, dos poderes e da sociedade, esbarra no problema da pouca visibilidade do tema, comparado com outros como saúde, educação e segurança, por exemplo. Contudo, a complexidade crescente dos mercados e das questões sociais reafirma a importância do tema gestão pública na agenda política dos governos e a centralidade da preocupação com a capacidade institucional do Estado para prover políticas públicas e promover a inclusão social, em um ambiente de participação e diálogo democráticos, posto que há um papel indelegável do Estado na formulação de políticas, na promoção da competitividade, na regulação do mercado e na provisão de bens públicos.

Durante parte do século XX, houve o predomínio do planejamento com ausência de gestão, mal compensado pelo recurso histórico à chamada “administração paralela” e a busca de objetivos estratégicos sem a devida constituição de aparato administrativo para tal. A partir da década de 90, ganharia espaço um tipo de gestão sem planejamento, desprovida de conteúdo estratégico, que promoveu mera racionalização de procedimentos e submissão do planejamento à lógica do físico-financeiro da gestão orçamentária (CARDOSO JR., 2014).

Com o crescimento econômico do estado brasileiro e a emergente crise econômica internacional de 2008, torna-se mais urgente a necessidade de rever a questão do planejamento e a gestão pública das políticas, com vistas a um melhor desempenho.

A experiência acumulada nos últimos anos, o processo de redemocratização vivenciado pelo país e a emergência de uma nova fase de crescimento econômico em anos recentes (2003-2010) reacendeu a necessidade de reativação do Estado enquanto agente promotor do desenvolvimento, particularmente de suas instituições e dos instrumentos de planejamento estratégico e de gestão pública.

Alguns pontos positivos podem ser destacados nos últimos anos. A gestão pública no Brasil e na Bahia tem conseguido fazer convergir suas agendas em torno da construção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo e sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental e de maior integração nos fluxos econômicos do mercado global. Para tanto, coube ao Estado garantir um ambiente regulatório e de gestão de política econômica que buscou estimular o investimento e suprir prováveis falhas de mercado, assegurando a provisão de bens públicos, direta ou indiretamente, em especial no que concerne à infraestrutura produtiva e social, tão necessária para a integração nacional e regional.

O Estado também assumiu suas responsabilidades na implementação de políticas de distribuição de renda para reverter o quadro de profundas desigualdades sociais, instituindo redes de proteção e fomentando a inclusão socioeconômica dos segmentos mais pobres da população do país.

Dado este contexto de mudanças e de alta complexidade, aprimorar a gestão pública nos próximos anos se reveste de caráter estratégico, não só pelo fato do Estado desempenhar uma função indelegável no processo de desenvolvimento da sociedade, o qual exige organização de um sistema de planejamento governamental e gestão pública, mas também porque toda mudança traz grandes desafios.



Segundo o documento *Resgatando o Planejamento Estratégico da Bahia: 2008/2028 – um futuro para todos nós*. Resumo executivo (BAHIA, 2008) a implementação da transversalidade no planejamento e gestão das políticas públicas requer uma maior articulação e integração horizontal de políticas e programas, com vistas a racionalizar os recursos humanos, técnicos e financeiros. Acentua também a necessidade de promover a “fusão” mais eficiente e eficaz de dois modelos de Estado que vêm convivendo de maneira desordenada e não integrada nos últimos anos: o Estado Contratual (terceirização, concessão de serviços públicos, descentralização, trabalho voluntário, as ONGs e as Parcerias Público-Privadas (PPPs)) e o Estado da Escuta e da Governança com uma maior Transparência e Controle Social.

Por fim, o Estado baiano, segundo o mesmo documento, deve buscar melhorias na profissionalização da burocracia, na eficiência dos gastos públicos, otimizando o uso de recursos, no aprimoramento do planejamento participativo e na territorialização das políticas.

Alguns pontos positivos podem ser destacados nos últimos anos. A gestão pública no Brasil e na Bahia tem conseguido fazer convergir suas agendas em torno da construção de um modelo de desenvolvimento socialmente inclusivo e sustentável do ponto de vista econômico





4. CENÁRIOS PROSPECTIVOS PARA A BAHIA

*F*oram definidos dois períodos de tempo para a realização da análise prospectiva para a socioeconomia baiana. O primeiro possui um horizonte temporal de médio prazo, abrangendo os anos de 2015 a 2020, e o segundo um horizonte de mais longo prazo, compreendendo o período de 2020 a 2030. O primeiro período reveste-se de grande importância, pois serviu de insumo para formulação estratégica do PPA 2016-2019 e o segundo compreende o PPA 2020-2023. Ambos ajudam a construir o **Cenário Desejado** para a Bahia no horizonte de 2030.

Esses cenários resultam de um conjunto de esforços em sintetizar as contribuições oriundas do modelo matemático e do modelo qualitativo. Expressam o que se considerou como tendências consolidadas e que praticamente assumem um curso inexorável para suas realizações, principalmente, no cenário de curto e médio prazo, entre 2015 e 2020. Conforme o modelo se distancia num horizonte temporal, o espectro de incertezas críticas que arrolam o cenário se amplia. Deste modo, o cenário de longo prazo, sinalizado para 2020 e 2030, trás em seu bojo um horizonte desejável para a Bahia em 2030, mantidas ou intensificadas as condições favoráveis decorrentes do período anterior.

4.1. CONTRIBUIÇÕES PARA O CENÁRIO COM BASE NO MODELO MATEMÁTICO

Dadas as premissas consideradas no modelo matemático, algumas variáveis parametrizadas para os períodos de 2015, 2020 e 2030, trazem estimativas importantes que ajudam a conformar um cenário geral da Bahia nos próximos anos. Algumas dessas saídas dão conta dos componentes: do mercado de trabalho, da demografia, produção, receitas e despesas do governo para o Estado.

No que tange aos aspectos demográficos, a Bahia seguirá a tendência nacional em que a população crescerá a taxa decrescentes ao longo das próximas décadas. Estima-se que o estado tenha um crescimento anual de 0,9% entre 2009 e 2015; de 0,7% entre 2015 a 2020 e chegue a 0,4% ano em 2030. Nesse sentido, haverá um incremento da população baiana da ordem de 13,9% de 2009 a 2030 (uma taxa média de 0,7% no período) que representa pouco mais de 2 milhões de pessoas, somando 16,7 milhões de habitantes em 2030.

A Bahia viverá, até 2020, a fase de bônus demográfico em que a população em idade ativa (de 16 a 64 anos) é superior a de inativos (crianças e idosos), caracterizando um potencial favorável ao crescimento econômico, com grande parcela da população apta ao trabalho. Após esse período, haverá perda da força desse movimento até a sua reversão em 2030, quando se constatará a redução do número de jovens e ampliação do número de idosos, trazendo maiores pressões na razão de dependência entre os grupos. Esses elementos demográficos são relevantes já que ajudam a determinar o tamanho da força de trabalho e a direção das políticas públicas que visam atender, em um breve futuro, uma população envelhecida – o que trará impactos nos sistemas previdenciário, de saúde e na assistência social, por exemplo.

No que diz respeito ao mercado de trabalho na Bahia para os anos cenarizados, observamos que o crescimento em ritmo mais lento da PIA (População em Idade Ativa) e da PEA (População Economicamente Ativa) reduziria a velocidade de expansão da oferta de trabalho. Diante deste ritmo, percebe-se o aumento das pressões sobre o mercado de trabalho baiano expresso no comportamento das taxas de participação – que indicam a proporção de pessoas com 10 anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas; se em 2009 o valor era de 64,6%, estima-se que seja de 66,2% em 2030.

O ajuste desse mercado pode ocorrer pela ampliação da remuneração média, em virtude da dificuldade em se obter mão de obra em determinados setores que, associado a melhora na qualificação dos trabalhadores, impulsionaria os salários para cima. Estimativas apontam para uma tendência de expansão da massa salarial em ritmo mais forte do que os verificados para PIA e PEA, com taxas de crescimento de 3,9% a.a. entre 2009 e 2015; 3,2% entre 2015 e 2020 e 2,7% de 2020 até 2030. Esses valores ajudam a ratificar a hipótese de melhora dos rendimentos pagos aos trabalhadores baianos.

É preciso destacar que o modelo revela a necessidade de aportes crescentes de capital como forma de compensar a tendência de queda do PIB da Bahia em 2030, que tem parte de sua causa derivada do fator demográfico que, por sua vez, afeta o componente trabalho na função de produção estabelecida (lembrando que o produto é uma função da relação entre capital e trabalho). Sem esse componente impulsionador da dinâmica baiana, dificilmente o



PIB conseguirá manter uma trajetória de crescimento nos próximos anos. Tendo em vista essas considerações, o cenário aponta para taxas médias de crescimento anual do PIBpm nominal, na Bahia, da ordem de 4,3%⁹ ao ano para o período de 2015 e 2030. Essa taxa resultada dos percentuais de crescimento anuais de 5,1% entre 2009 e 2015; 4,1% entre 2015 e 2020 e 3,6% de 2020 a 2030.

Os dados projetados para os próximos anos indicam uma tendência crescente da ampliação da formação bruta de capital fixo e da sua relação com o PIB, expressa pela taxa de investimento na ordem de 17,7% em 2015, 17,5% em 2020 e 18,6% em 2030. Esses valores serão ratificados pelas tendências consolidadas apontadas no cenário qualitativo que versa sobre a realização e maturação de uma gama de investimentos de grande envergadura para o estado ao longo desses anos. O PIB *per capita*, uma variável importante para a economia baiana, revela projeções de crescimento nos anos em destaque na grandeza de 4,1% ao ano até 2015¹⁰; 3,4% entre 2015 e 2020; e 3,2% de 2020 a 2030.

Dentre as receitas do governo, as tributárias são as que possuem maior participação nos recursos financeiros que abastecem o Estado. Os parâmetros estabeleceram a possibilidade de provisão desses recursos, entre as receitas totais, na ordem de 54,8% em 2009, seguidos 48,1% em 2015, 45,4% em 2020 e 43,2% em 2030. Ainda que em termos absolutos esses valores sofram incrementos, perdem participação para as demais receitas correntes (originada da agregação de algumas receitas como, as de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços) que saem de uma composição de 101% das receitas totais para estimativas de 13,8% em 2015; 17,8% para 2020 e 30,4% em 2030.

4.2. CENÁRIO DE MÉDIO PRAZO – 2015-2020

O cenário de médio prazo, considerando o período 2015-2020, é composto por tendências observáveis e mensuráveis. São o que se denomina de *tendências consolidadas*, pois apresentam todos os indícios que certamente acontecerão.

4.2.1. CENÁRIO SOCIAL

4.2.1.1. POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL

No cenário social, há um quadro positivo delineado por uma tendência consolidada de redução gradual da pobreza e da pobreza extrema, com diminuição do número de famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 70 a R\$ 140) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até

9 – É importante destacar que este cenário foi concluído em 2014, antes da crise econômica e política ocorrida no país. Segundo dados SEI, só no ano de 2015, a projeção do PIB da Bahia é de -0,8%.

10 – Esse valor deve se modificar devido a conjuntura econômica.

R\$ 70). Estima-se que havia, em 2010, cerca de 2,4 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza na Bahia. Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, foram de grande valia para auxiliar a redução de pessoas em extrema pobreza. Em julho de 2014, o Estado possuía 1,8 milhão de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que corresponde a 40% de sua população residente e 75% do público-alvo estimado pelo programa em 2011.

Com base na PNAD, a proporção de pessoas extremamente pobres caiu de 10% em 2007 para 6,5% em 2013; a proporção de pessoas pobres caiu de 21,7% em 2007 para 10,4% da população em 2013. Foram dois milhões de pessoas que saíram da condição de pobreza e extrema pobreza no período 2007-2013, o que justifica a tendência consolidada de redução da pobreza no estado já no médio prazo.

Com base na PNAD, a proporção de pessoas extremamente pobres caiu de 10% em 2007 para 6,5% em 2013; a proporção de pessoas pobres caiu de 21,7% em 2007 para 10,4% da população em 2013.

Os efeitos da transição demográfica, que provoca oscilação das taxas de crescimento e variações populacionais, também favorece a tendência de redução da pobreza extrema no estado, com a redução da taxa de natalidade¹¹ e a diminuição do tamanho das famílias. Por outro lado, o aumento do envelhecimento populacional, do grupo que possui cobertura da previdência social, pode propiciar um incremento na renda familiar *per capita* uma vez que a contribuição dos idosos têm peso relevante para a renda das famílias mais pobres.

O cenário é de pouca alteração da estrutura de desigualdade da distribuição pessoal da renda, que verifica os rendimentos que pessoas e famílias recebem. Apesar dos avanços sociais alcançados, e os indicadores de desigualdade terem melhorado, persiste um estado desigual, tornando-se um desafio à execução de políticas públicas que precisam focar em grupos de maior vulnerabilidade; o que minora os riscos, mas nem sempre garante a inclusão social. O Índice de Gini¹² da Bahia, em 2013, era de 0,539, bem acima da média nacional sendo a terceira unidade da federação com maior desigualdade de rendimentos do trabalho, depois do Distrito Federal e de Sergipe.

A distribuição do rendimento domiciliar *per capita* no Estado da Bahia seguirá uma tendência já visualizada em anos anteriores: maior parte da renda continuará concentrada em uma pequena parcela da população, sendo eles os que já possuem renda *per capita* elevada. Isso ocorre porque a elevação dos rendimentos médios tem acontecido em todas as faixas da distribuição, mesmo que em ritmos diferenciados, o que influencia no Índice de Gini dos

11 – Taxa de natalidade é a **percentagem de nascimentos ocorridos em uma população**, em **determinado período de tempo**.

12 – O índice de Gini mede o grau de concentração da distribuição pessoal de renda variando de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima).



rendimentos. A transição demográfica consolidada na Bahia reforça esta afirmação, já que a redução da taxa de natalidade se dá de forma mais rápida entre as famílias de rendimentos mais elevados. As famílias menos numerosas, mesmo que com a presença de idosos, tendem a receber rendimentos médios mais elevados, com a contribuição crescente feminina e dos idosos, dinâmica que deve permanecer nos próximos vinte anos.

4.2.1.2. EDUCAÇÃO

No que se refere à educação, é consenso entre os especialistas que vivemos a universalização do ensino fundamental para os que possuem de 6 a 14 anos. As leis de proibição do trabalho infantil, as políticas contra o analfabetismo e os programas sociais que exigem comprovação de matrícula e frequência à escola são forças aliadas na educação de crianças e jovens, segundo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O programa Bolsa Família possui condicionalidades na área de educação que contribuem para a universalização do ensino fundamental. A família beneficiada assume o compromisso de matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos em estabelecimento regular de ensino e garantir a frequência escolar mensal mínima especificada pelo programa. A Bahia lidera o *ranking* de estados brasileiros em valor de repasse do programa Bolsa Família no país, o que favorece, no médio prazo, o acesso e permanência na escola de crianças e jovens.

No médio prazo, a evasão escolar no ensino médio continuará elevada, caso não haja mudanças na política para o segmento. Apesar da universalização do ensino fundamental e da ampliação do ensino médio, um grande desafio é manter esses estudantes na escola, visto que as altas taxas de repetência e evasão excluem milhares de crianças e jovens do processo educacional. A variável renda afeta, principalmente, a frequência ao ensino médio dos jovens de 15 a 17 anos da faixa de renda mais pobre da população. Os jovens tendem a sair muito cedo da rede formal de educação para o mundo do trabalho, sem mesmo concluir o ensino fundamental.

Por outro lado, a mudança na base da pirâmide etária, com a queda na taxa de natalidade e a redução da proporção da população jovem no médio prazo, diminui a pressão sobre o sistema educacional e sobre outros serviços destinados à criança e ao adolescente, permitindo um reordenamento da estrutura da oferta de educação.

Esse reordenamento ocorre no contexto de mudança na regionalização e fortalecimento da atuação em rede do sistema educacional como um todo. A municipalização, implementada com base na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), estabelece como prioridade municipal a oferta do ensino fundamental, visando à melhoria da qualidade do ensino.

No Estado da Bahia, esse processo tem se consolidado através da democratização da gestão e da mudança do papel das regiões. A capilaridade da rede estadual do ensino médio é uma característica positiva do atendimento na educação, atingindo quase a totalidade dos municípios baianos.

O analfabetismo funcional permanece como um desafio para a Bahia no período 2015-2020. Os indicadores de desempenho da educação tem demonstrado que os níveis de proficiência dos estudantes ainda estão inadequados. Mesmo aqueles que chegam a concluir o ensino fundamental, não apresentam capacidades mínimas de leitura e matemática, levando essas fragilidades na sua trajetória de vida.

Apesar das metas estabelecidas para o estado estarem sendo alcançadas, não haverá alterações substantivas no que diz respeito à baixa qualidade da educação básica no médio prazo.

No ensino superior, a expansão das instituições privadas é alimentada por programas públicos de financiamento estudantil com foco na ampliação do acesso. Além disso, a expansão de vagas nas universidades públicas, com o incremento de mais duas universidades federais, que elevará para nove universidades no estado da Bahia, somadas aos institutos federais de educação, ciências e tecnologias, contribuem para expandir a oferta de vagas na educação superior, atendendo a uma demanda reprimida, que vinha sendo coberta pela rede privada. A expansão do campo de estágio, que são exigências curriculares, não irá acompanhar a ampliação da demanda: há escassez de estágios curriculares.

Ocorre também a tendência de fortalecimento da noção de educação infantil enquanto direito. Um conjunto de fatores influencia o aumento da demanda social por acesso à educação infantil. Há uma tendência à valorização da importância da fase escolar inicial para o desenvolvimento da criança em aspectos múltiplos, seja cognitivo, social e intelectual. Outro fator é a elevação do percentual de mulheres baianas no mercado de trabalho, que não foi acompanhada na divisão sexual do trabalho, o que incide no cuidar dos filhos tanto no ambiente familiar quanto na esfera das políticas públicas.

O cuidado às crianças, assim como a socialização dessas, precisa acontecer também fora da esfera privada da família. Esse fato está relacionado à questão da igualdade de oportunidade das mulheres, que só começaram a sair de casa quando as funções vistas como exclusivamente sob a responsabilidade feminina foram compartilhadas com outros entes da sociedade. Em adição, o atendimento em creche e pré-escola (0-6 anos) passou a ser direito das crianças com base, entre outras leis, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei no. 8.069, 13 de julho de 1990, art. 54, IV).

Mesmo com a rápida redução da taxa de natalidade na Bahia, existe um espaço que demanda atenção, ainda no que diz respeito ao acesso. Seja na garantia de creches enquanto direito para as mães trabalhadoras ou na ampliação da oferta de vagas na Educação Infantil, uma vez que, em 2012, o acesso de crianças na faixa de 0 a 3 anos estava abaixo de 20% (18,4%), cobertos majoritariamente pela rede privada.

Ressalta-se o caráter estratégico da educação, como um investimento estrutural de curto prazo (diminuição do trabalho infantil) e longo prazo (população escolarizada diminuindo a vulnerabilidade e a dependência do Estado). Haverá um incremento na qualificação da mão-de-obra jovem e crescimento das oportunidades de inclusão produtiva mais qualificada. Em 2000, apenas 21% dos adultos de 25 a 59 anos tinham pelo menos o nível médio concluído; essa proporção passou a 34% em 2010. Ainda assim, apenas 33 municípios tinham proporção maior ou igual à média do Estado, com destaque para Salvador, Lauro de Freitas, e algumas cidades médias.



Os resultados da melhoria gradual na qualificação profissional e na escolarização formal dos jovens tende a gerar um círculo virtuoso de manutenção desses jovens nos seus municípios de origem, já que a dependência da rede de educação na RMS vem diminuindo, com a ampliação da rede de Ensino Médio e Superior para o interior do Estado. Os investimentos econômicos em infraestrutura e a dinamização dos setores de comércio e serviços gerarão oportunidades de inclusão produtiva, e as demandas por mão-de-obra qualificada serão mais um elemento indutor da qualificação dos jovens e da sua maior permanência na rede. Por outro lado, a qualidade da educação e da qualificação profissional terá destaque ainda maior, com a necessidade de enfrentamento das dificuldades históricas existentes, de qualificação dos trabalhadores na educação e das diretrizes educacionais.

Percebe-se o fortalecimento da educação para o mundo do trabalho (educação profissional e superior), num cenário otimista para a educação profissional no estado que se revela na ampliação da oferta (pública) de vagas. Ocorre uma elevação da eficiência da oferta do serviço de educação profissional com a divisão do trabalho entre os entes do estado da Bahia e as instituições do Sistema S e IFs. Nesse contexto, existem planejamento e oferta integrados dos cursos, com identificação de locais e cursos necessários a fim de alinhar oferta, demanda e recursos existentes. O FUNDEB é utilizado para financiar tal avanço. Ocorre a indução do desenvolvimento econômico com a oferta de mão de obra qualificada, buscando a integração da educação profissional com o ensino regular (médio e superior).

Há um fortalecimento da governança e a diminuição da fragmentação da educação profissional, com a proposta de criação de um instituto de educação profissional e melhoria na qualificação da gestão e da docência. Verifica-se a expansão da educação profissional à distância e um aumento da demanda por cursos tecnológicos de nível superior/graduação, dada a procura por especialização e busca por aprimoramento continuado dos graduados dos cursos profissionalizantes.

O crescimento do acesso à educação profissional e superior tem aumentado a qualificação do trabalhador baiano, com elevação do número médio de anos de estudo, com a preocupação da inclusão de grupos historicamente excluídos, principalmente na zona urbana. As principais cidades das regiões com mais dinamismo econômico estão contempladas com Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, além de Salvador com diversas IES, destacam-se Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Juazeiro, Barreiras.

4.2.1.3. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

No tocante à saúde na Bahia, o cenário aponta para o envelhecimento da população e o aumento da demanda por serviços especializados em saúde, tais como doenças crônicas e degenerativas e serviços hospitalares de 4a geração. Com o processo de transição demográfica, observa-se uma tendência de queda do ritmo de crescimento vegetativo (diferença entre a taxa de natalidade e mortalidade) da população, devido à queda da fecundidade, ao aumento da longevidade e à redução da mortalidade infantil, em consonância com as tendências nacionais de transição da estrutura etária da população.

Esse contexto configura uma tendência de aumento nos investimentos em saúde especializados ao cuidado com idosos (assistência domiciliar e rede de 3ª e 4ª gerações). Doenças do aparelho circulatório, neoplasias e doenças endócrinas nutricionais e metabólicas estão entre as principais causas de morte na Bahia (39,7%).

No médio prazo, a tendência é de manutenção de insuficiências nas áreas de saúde da mulher e infantil, com lenta alteração nas taxas de mortalidade materna e infantil, influenciada pela redução das taxas de natalidade. Crescimento da gravidez indesejada e da incidência de DST/AIDS entre mulheres. Gravidez indesejada como fator de saúde pública: incremento de abortos clandestinos, agravos e mortalidade de mulheres, bem como da taxa de incidência de DST/AIDS, da transmissão vertical (mãe-bebê) e entre mulheres adultas.

Permanece a necessidade de foco na assistência à saúde da gestante e da criança, assim como a atenção à saúde nutricional materna e infantil. Há uma concentração dos agravos por causas redutíveis, com predominância das doenças transmissíveis, condições maternas, nutricionais e perinatais.

Por outro lado, a melhoria nos serviços regionalizados de saúde e o foco na atenção básica se refletem na queda da mortalidade infantil. Para os grupos sociais vulneráveis, o cenário que se configura é de necessidade de atenção nas questões de saúde das pessoas negras, indígenas e outros grupos sociais mais vulneráveis, apesar do fortalecimento da organização e da participação social.

A associação de tendências consolidadas da dinamização dos setores de comércio e serviços, relacionada com o aumento no rendimento de famílias mais pobres, também a melhoria das condições de habitação e ampliação do acesso ao saneamento, tem contribuído para a diminuição da ocorrência de doenças infecciosas e parasitárias, impactando principalmente nas doenças associadas às situações de maior vulnerabilidade e à mortalidade infantil.

Doenças do aparelho respiratório, relacionadas ao aumento da urbanização (poluição) e ao tabagismo, assim como agravos por causas externas, sobretudo por acidentes de trânsito, efeitos adversos de drogas, mortalidade por homicídios e outras violências têm destaque no total de óbitos do Estado, principalmente entre a população jovem, masculina e negra. O aumento da renda das famílias e a dinamização do varejo nas cidades, principalmente nas médias pequenas, têm causado uma mudança no padrão nutricional, passando da subnutrição para a má nutrição. Há uma tendência de aumento do acesso da população a alimentos de baixa qualidade nutricional, o que pode causar obesidade, diabetes e outras doenças, com forte impacto na rede de atenção.

Novas estruturas de atendimento em saúde, de diferentes especialidades e níveis de complexidade estão sendo disponibilizadas à população, com ampliação da atenção básica. Há também uma tendência de desconcentração espacial e interiorização dos serviços, com novas unidades de hospitais regionais e a descentralização da gestão em saúde. O planejamento em âmbito estadual passa a ser realizado de maneira regionalizada, a partir das necessidades dos municípios, considerando o estabelecimento de metas de saúde.



Avanços tecnológicos são apropriados inicialmente pelo setor privado, o que denota descompassos para sua apropriação pelo setor público de saúde. A modernização do funcionamento dos serviços de assistência à saúde, sobretudo de média e alta complexidade, dada a velocidade das mudanças tecnológicas, não está sendo acompanhada pela administração pública, devido a fatores que vão desde a capacidade de planejamento e avaliação do impacto da incorporação de novas tecnologias, ao alto custo da manutenção devido ao elevado índice de reparos.

4.2.1.4. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No que se refere à demanda e participação social, observa-se avanços, graças ao processo de fortalecimento das redes de cidades, do maior acesso à informação e à educação, indicando que haverá, no médio prazo, o fortalecimento da demanda de grupos sociais vulneráveis. Para garantir a redução das desigualdades na Bahia, a demanda por garantia de direitos e cidadania de grupos vulneráveis tem sido cada vez mais organizada através de conselhos, conferências e representações territoriais, e apresentada de forma cada vez mais clara.

Fazem parte dessa categoria grupos minoritários ou indivíduos que encontram dificuldades mais graves no acesso a direitos e à justiça social e, portanto, demandam abordagens específicas, de acordo com as suas características históricas, culturais, de identidade, (cor/raça/etnicidade), gênero, orientação sexual, local de moradia, ou renda. São considerados grupos sociais vulneráveis povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas), afrodescendentes, povos do campo, mulheres, agricultores familiares, LGBT, pessoas com deficiência, crianças e idosos. Quanto maior a habilidade em construir estratégias que respondam às necessidades de grupos mais vulneráveis, maior a probabilidade de redução das desigualdades.

Em síntese, as discussões tendem a amadurecer no sentido de considerar programas e políticas sociais como elementos fundamentais para erradicar a fome e diminuir os níveis de pobreza. A permanência deste tipo de programa é considerada uma tendência consolidada, assim como há consenso de que a presença do Estado, através de investimentos diretos, políticas públicas e serviços prestados ao cidadão, são fundamentais para a redução das desigualdades, da pobreza e da violência.

Novas estruturas de atendimento em saúde, de diferentes especialidades e níveis de complexidade estão sendo disponibilizadas à população, com ampliação da atenção básica

4.2.2. CENÁRIO ECONÔMICO

Ao cenário social somam-se, de forma complementar e integrada, as variáveis de natureza econômica que vão influenciar e conformar uma dinâmica socioeconômica peculiar a um determinado espaço regional/territorial.

4.2.2.1. INDÚSTRIA, ENERGIA E INFRAESTRUTURA

No período 2015-2020 a **indústria** baiana deverá manter reduzidas taxas de crescimento por conta do baixo dinamismo da economia global e do baixo ritmo de crescimento da indústria nacional. Outra tendência observada para o setor é a manutenção da concentração da atividade industrial (bens de consumo duráveis e intermediários) na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo, graças ao fortalecimento das vantagens aglomerativas e dos novos investimentos que vêm sendo realizados nessas regiões.

Mantém-se também a tendência de concentração setorial e de baixo adensamento das cadeias produtivas da indústria baiana, o que deverá ocorrer por conta da manutenção da baixa capacitação tecnológica especializada da mão-de-obra local, da incerteza do tecido empresarial de pequeno e médio portes e das dificuldades de ampliação e diversificação das linhas de crédito para este setor.

Há claros indícios de expansão e melhoria da **infraestrutura** estadual. A logística de transporte, por exemplo, já vem se fortalecendo com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e do Programa Estadual de Logística de Transporte (PELT II). Gerando, com isso, maior integração do sistema rodoviário com o hidroviário. Ocorrerá, também, no setor energético, a ampliação da produção e distribuição de energia elétrica no estado graças à conclusão de projetos de linhas de transmissão realizados pela CHESF. Este investimento condiciona, por sua vez, à distribuição de energia elétrica pela Coelba, que não poderá atender a demanda por meio da expansão da rede de subtransmissão (baixa tensão) em regiões do interior da Bahia, caso a implantação da rede básica planejada pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE e a ser implantada pela CHESF não se concretize nos próximos anos.

Um aspecto de significativa importância é a consolidação dos parques eólicos e início da estruturação da cadeia de geração solar no estado. Devido à ampliação da comunicação de dados de banda larga via satélite, privada (empresas de telefonia) da Bahia, espera-se ainda que 100% do estado seja coberto por esse serviço. Sendo assim, espera-se um fortalecimento da integração regional e a melhoria das vantagens sistêmicas do estado, o que dará maiores possibilidades a um processo de desenvolvimento regionalmente integrado e mais sustentável no período 2015-2020.

Em relação à produção petrolífera, espera-se a manutenção das dificuldades apresentadas pelos campos maduros de petróleo localizados nas Bacias do Recôncavo, Camamú-Almada e Tucano Sul, que impactarão negativamente na produção do estado. Espera-se, por outro lado, uma expansão da oferta de gás natural na Bahia, com aumento da produção *off-shore* nos campos de Camamú-Almada e nas bacias de Jequitinhonha e com a operação do Terminal



de Regaseificação da Baía de Todos os Santos, a partir do gás importado por via marítima da Rússia. A consolidação da exploração do gás e do óleo não convencionais (*shale gas e shale oil*) são incertos até 2020, pois existem dificuldades com relação ao licenciamento ambiental dos campos e à economicidade dos mesmos, pois os custos de exploração serão altos no Brasil.

Do ponto de vista da produção de **biocombustíveis**, caso o Estado não viabilize a implantação de investimentos sucroalcooleiros nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco (55 mil hectares aptos para plantio de cana só no Baixo de Irecê), a tendência para o setor é de manutenção do atual panorama de baixa participação da produção baiana em relação à regional e nacional e da condição de importador de etanol. Para o biodiesel espera-se a manutenção do baixo dinamismo do setor, que depende da melhor estruturação da sua cadeia de fornecimento de oleaginosas composta fundamentalmente por agricultores familiares sem acesso à qualificação adequada, sementes melhoradas e organização sob a forma de cooperativas e associações mais eficientes.

Outro importante setor é o de **construção civil**, que apresentará nesse período uma maior expansão no interior do estado, tanto em volume de investimento quanto em número e tipo de obras previstas para o período, o que fortalecerá a manutenção da geração de empregos no setor embora ainda apresentando uma escassez de mão de obra qualificada disponível. Outro aspecto é a relação crédito/PIB em torno de 8% no Brasil, muito abaixo dos países desenvolvidos, e que não apresenta perspectivas de mudanças nos próximos anos, gerando incertezas quanto à expansão do crédito para o setor habitacional.

4.2.2.2. COMÉRCIO, SERVIÇOS E REDES DE CIDADES

Do ponto de vista da atividade comercial, o estado manterá sua corrente de comércio e a característica de fluxo de passagem de mercadorias das regiões Sul e Sudeste para o Norte e Nordeste graças aos investimentos em logística apontados anteriormente. Também haverá o fortalecimento da ampliação do comércio da Bahia com outros estados, em especial para grãos, alimentos e bebidas, para as regiões Norte e Nordeste, dado a dinamização dos seus mercados consumidores.

Os investimentos em logística de transporte, no comércio e nos serviços também ampliam, embora ainda de forma lenta, as atividades turísticas no estado, dado o aumento do nível de renda e crédito no país.

Observa-se, porém, uma tendência à permanência da baixa qualificação da mão de obra empregada no setor de comércio e serviços, com elevada rotatividade e deslocamento entre a oferta de qualificação e a demanda por mão de obra qualificada, denotando uma baixa aderência entre os tipos de cursos oferecidos e a qualificação exigida da mão-de-obra demandada em cada região e/ou município. O crescimento da demanda esbarra, então, nas dificuldades de qualificação do setor de prestação de serviços especializados para as empresas.

Com relação ao setor atacadista baiano, espera-se uma manutenção das dificuldades pelo peso das questões tributárias e um crescimento do setor varejista no interior do estado, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, com uma maior elevação do nível de renda e do crédito.

Já a estrutura das exportações baianas deve se manter igual, tanto no que se refere à pauta de produtos quanto aos principais parceiros comerciais, pois não há perspectivas de melhoria no nível e na qualidade do acesso à informação sobre o mercado externo e questões alfandegárias por parte das empresas de médio porte. Para os setores de grande porte, o mercado externo ainda apresentará sérias flutuações em setores importantes, como o de veículos. Há ainda forte tendência de manutenção do baixo nível de profissionalização e de adequação dos produtos baianos às exigências do mercado externo. Outro fator é a manutenção da tendência de depressão nos preços das *commodities* – definidos no mercado mundial.

Em consonância com as tendências consolidadas nos setores de comércio e serviços, ocorre uma dinamização da economia influenciada pelas transferências de renda, que propiciam o surgimento de outras atividades até então inexploradas, o que é muito importante no presente cenário das pequenas cidades baianas. O aumento da demanda das famílias mais pobres tem um impacto significativo na massa de renda das demais classes sociais, com impactos econômicos relevantes para os pequenos municípios, justificando o custo-benefício de destinação de recursos para tais fins.

O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, repassou R\$ 3,3 bilhões em 2013, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) transferiu R\$ 5,4 bilhões, ou seja, o valor repassado pelo PBF correspondeu a mais de 60% do FPM. E não foi importante apenas para os pequenos municípios – em Feira de Santana, segundo município mais populoso do Estado, o repasse do PBF superou em 40% o valor repassado via FPM. Em 259 municípios baianos, o repasse do PBF significa pelo menos 50% do FPM, que dinamizam diretamente o consumo local das famílias de baixa renda, antes excluídas do mercado de consumo.

Outra forte tendência para o período, com impactos relevantes nas áreas de comércio, serviços, saúde, educação e na melhoria do emprego e da renda, é o fortalecimento da inter-relação entre cidades pequenas e médias no estado, associado ao crescimento de seu dinamismo populacional e econômico, do processo de urbanização dos municípios e dos segmentos de serviços pessoais e profissionais e pelos investimentos na logística de transportes, que melhorará também a mobilidade intermunicipal e interregional. Essa inter-relação contribui para o estabelecimento de redes de cidades de pequeno e médio porte, dada a implantação dos projetos estruturantes de modernização da rede de transportes e da ampliação dos segmentos de comércio e serviços.

As pequenas cidades se fortalecem também associadas ao crescimento do movimento migratório interno (rural/urbano) gerando aumento populacional e econômico, principalmente as sedes, dado o processo de urbanização dos municípios e as oportunidades para a população rural com a ampliação das multiatividades não agrícolas.

Destacam-se a manutenção da composição do produto das cidades e sub-regiões que compõem a região semiárida, o aumento da oferta dos serviços especializados de saúde e da educação profissional e superior, criando especializações regionais desse mercado fora da RMS, a expansão do setor da construção civil no interior do estado tanto em volume de investimentos quanto em número e tipo de obras, e uma maior



permanência de jovens com melhor nível de escolarização nas cidades pequenas e médias do estado, com aumento da demanda por mão-de-obra mais qualificada.

Existe, porém, graças a essa urbanização acelerada, o risco de precarização dos serviços de saneamento básico, o que aumenta a importância da especialização dos serviços de saúde para responder ao aumento da incidência de doenças relacionadas ao crescente processo de urbanização. Reconhece-se que urbano e rural são interdependentes, e suas dinâmicas influenciam-se mutuamente, tanto no dinamismo como na superação dos desafios e construção de estratégias de médio e longo prazo.

4.2.2.3. AGRONEGÓCIO, AGRICULTURA FAMILIAR E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

A tendência para o período indica, em relação ao agronegócio e à cadeia agroindustrial, a consolidação dos polos de agricultura moderna graças à ampliação e efetivação dos investimentos em infraestrutura e logística (transporte, armazenagem), pois terão impactos positivos para a competitividade e a atração de investimentos para a agropecuária baiana.

Porém, ainda permanecerão as discussões sobre o papel dos incentivos fiscais na atração de investimentos e da legislação ambiental, que ainda vão gerar, nesse período, incertezas no processo de atração de novos investimentos.

Apesar da modernização, ainda se manterá um baixo grau de verticalização e pouco avanço no processo de diversificação da matriz agrícola, provocado tanto pela instabilidade do mercado quanto pela concorrência entre grupos empresariais, dificultando as possibilidades de expansão do agronegócio e das cadeias agroindústrias no estado gerando, como consequência, a manutenção da concentração espacial da produção agrícola.

Um número significativo de agricultores familiares da Bahia permanecerá em condições precárias de produção, sem capacidade de integrar-se ao mercado devido à baixa produtividade e dificuldade de incorporação de tecnologias, mantendo-se como público alvo de políticas sociais.

Outra parcela dos agricultores familiares do estado apresentará uma relativa estrutura produtiva e de nível organizacional, embora ainda não consolidada, dada a baixa qualificação. Uma menor parte destes deverá manter o processo dinâmico de qualificação e integração ao mercado.

O Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, repassou R\$ 3,3 bilhões em 2013, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) transferiu R\$ 5,4 bilhões

O fortalecimento e a qualificação da agricultura familiar sofrem com a insuficiência quantitativa e qualitativa dos serviços de assistência técnica e extensão rural, que, associada à inadequação de modelo de pesquisa e assistência técnica, limita o desenvolvimento da agricultura familiar, pois a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) cumpre um papel fundamental para a inovação e capacitação dos agricultores e sua deficiência podem gerar um retrocesso no processo de inclusão produtiva e qualificação técnica.

Do mesmo modo, espera-se a manutenção da relevância do nível de ocupação agrícola e do baixo rendimento médio por hectare na agricultura familiar. Os agricultores familiares manterão, assim, suas necessidades de maior acesso ao crédito, qualificação técnica e acesso aos canais de comercialização.

Para o setor, espera-se ampliação das rendas extra-agrícolas, da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar, associadas ao incremento da urbanização nos municípios rurais.

Por outro lado, a manutenção da concentração fundiária e o reduzido avanço nos processos de regularização fundiária limitam a expansão e o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo fundamental o desenvolvimento de competências técnicas e institucionais para promover avanços na reforma agrária e nos processos de distribuição e regularização fundiária.

Para a região semiárida, as tendências são de manutenção da sensibilidade da região às estiagens, com avanços no uso de tecnologias de convivência com semiaridez e limites de expansão da irrigação por conta da limitada oferta de água e das restrições legais existentes para o uso da água.

Espera-se, ainda, a continuidade da baixa produtividade por conta da excessiva dependência agrícola ao regime de chuvas para a atividade agrícola e, em algumas subáreas, agravamento desse quadro pelos riscos de degradação dos solos, com áreas de desertificação, e possibilidade de inviabilidade da atividade agrícola, fruto da carência hídrica e da pobreza dos solos.

Nesse período haverá um maior desenvolvimento de tecnologias de convivência com o semiárido e de armazenamento de água para gerar dinamismo econômico e social. Haverá também uma expansão da urbanização associada às atividades de serviços, de mineração e de implantação de parques eólicos, que funcionarão como vetores para o desenvolvimento da produção agrícola da região. Existem, porém, incertezas quanto à expansão dos serviços ambientais associados à preservação da caatinga e de implantação de sistemas “agro caatinga” na região.

4.2.2.4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

Com base na análise de contexto, pode-se avaliar que a base de CT&I baiana viverá no período uma consolidação e maior amadurecimento dos investimentos e iniciativas efetuados nos últimos anos.



Dentre as principais tendências consolidadas que influenciarão este cenário de médio prazo, destacam-se: a ampliação dos grupos de pesquisa e dos cursos de mestrado e doutorado graças às novas universidades implantadas; o fortalecimento das instituições de pesquisa e ensino técnico; a atuação do Parque Tecnológico na capital, em especial nas áreas de energia e engenharias, biotecnologia e saúde e tecnologia da informação e comunicação, graças à uma ação mais aderente da FAPESB, tanto com as prioridades estratégicas para o desenvolvimento estadual quanto com os investimentos produtivos com elevada capacidade inovativa que serão implantados no estado.

Entretanto, a distância entre a Bahia e estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e em alguns estados nordestinos – como Pernambuco e Ceará – persistem, com a permanência de fragilidades, tanto nos recursos humanos quanto na estrutura e ambiente instalado.

Referindo-se à Cultura, há a expectativa de avanços na gestão participativa, com o funcionamento dos colegiados em cerca de 70% dos equipamentos da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, buscando a ampliação dos mecanismos de participação social no processo de elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas,

Considerando a importância do fortalecimento da articulação das esferas dos poderes públicos, espera-se ter implementado 100% dos planos setoriais e territoriais e pelo menos 50% dos sistemas municipais, com o apoio do Sistema de Informações e Indicadores Culturais – SIIC, que se configura como importante instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas.

Deverão permanecer questões no processo de incorporação da cultura como segmento econômico importante na Bahia, tais como: democratização do acesso à cultura; a viabilização de meios para produção cultural e das indústrias criativas estratégicas para o desenvolvimento do estado e a preservação do patrimônio cultural do estado. Desse modo, deverão ser estimuladas universidades e instituições afins para formarem grupos de estudos sobre temas culturais, objetivando um aumento de 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente pelo fomento à pesquisa e difusão do conhecimento em cultura.

Soma-se a isso, a consolidação da apropriação, pelas redes públicas de ensino, do patrimônio cultural, estimulando novas vivências e práticas educativas, propiciando, também maior participação das escolas como centros de produção e difusão cultural da comunidade. Nesse período, prevê-se a consolidação na Bahia de programas como Mais Cultura nas Escolas e Mais Cultura nas Universidades; e ainda a criação de programas semelhantes e complementares.

A democratização do acesso à cultura deve ser entendida como ampliação do acesso ao consumo cultural. Cabe destacar, ao pensar a cultura como segmento estratégico, a importância da valorização do patrimônio cultural do estado, que se traduz em ações para preservar, recuperar, proteger, divulgar e dinamizar o patrimônio material e imaterial do estado.

Em relação às ações de valorização do patrimônio cultural da Bahia, dois projetos devem ser destacados: a digitalização e a disponibilização em rede dos seus acervos documentais, sonoros e visuais, e a reabilitação, com apoio do Governo Federal e da iniciativa privada, do Centro Antigo de Salvador. Desta forma, as políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios contribuirão para que no futuro haja uma maior promoção do patrimônio material. Já os mapeamentos, a preservação e restauração, difusão dos acervos históricos e culturais irão valorizar ainda mais o patrimônio.

Esse cenário, entretanto, dependerá da criação de estruturas mais dinâmicas para a economia da cultura no estado, baseadas principalmente na construção de modelos sustentáveis de produção, no estímulo à economia solidária, e na formalização das cadeias produtivas capazes de ampliar o mercado de trabalho e gerar mais emprego e renda.

4.2.2.5 GESTÃO PÚBLICA

Identificada como uma das mais importantes tendências consolidadas, a participação e o controle social com ética democrática, esperam-se avanços na profissionalização do serviço público em bases meritocráticas e competitivas, inclusive a responsabilização do gestor nas suas iniciativas e consequentes entregas dos bens e serviços públicos, com transparência de suas ações e respeito aos princípios éticos democráticos.

Uma segunda tendência consolidada que vai marcar esse período é a transversalidade e articulação interinstitucional dos diversos níveis de governo. A realização de ações governamentais com base na cooperação entre os diversos atores e níveis se traduz na transversalidade desejada, reduzindo o risco de duplicidade de gastos e promovendo uma maior alavancagem de recursos públicos. Graças a essa maior transversalidade e à formação de arranjos institucionais, haverá maior qualificação do gasto e melhoria da qualidade e quantidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade, reforçando a efetividade das políticas sociais.

Outro forte indicativo dessa transversalidade é o esforço para ampliar a articulação entre os Planos Plurianuais PPAs federal, estadual e municipal, integrando as políticas e suas iniciativas setoriais com a questão territorial e fortalecendo as estratégias e iniciativas estruturantes fundamentais para o processo de desenvolvimento integrado e sustentável da União-Estados-Municípios.

Com a ação transversal e os arranjos institucionais implementados, ficarão evidenciados a intensificação do Estado como coordenador e indutor de políticas sociais e econômicas, como também a redução de sua presença como executor direto destas políticas, fortalecendo a descentralização para os municípios e para outros atores sociais.

Outra tendência consolidada é a da modernização e inovação da gestão pública de forma a permitir a melhoria da gestão e a busca da eficiência, eficácia e efetividade das ações e de melhoria da governança, facilitando o trato sistêmico dos problemas que acometem a sociedade e a redução rápida dos déficits notórios na qualidade dos bens e serviços públicos oferecidos.



Portanto, a adoção da inovação será um dos eixos estruturantes da gestão pública nesse período, trazendo agilidade, eficiência, produtividade e resultados consistentes. Essa tendência, que inclui processos crescentes de automação, influencia significativamente a gestão da mudança, a capacitação/profissionalização de servidores e parceiros, contribuindo para a melhoria da participação dos usuários dos serviços públicos.

Cabe destacar também a tendência de fortalecimento das Capacidades Estatais no período 2015-2020, pelo potencial que possui para promover mudanças significativas na gestão pública. Esta tendência é relevante, pois compreende desde as competências do Estado de manter a ordem, garantir os contratos e arrecadar impostos, até suas habilidades para definir objetivos, executar políticas e transformar a economia e a sociedade.

Ressalta-se como fundamentais, as habilidades e competências do poder Executivo para que ele possa conduzir com eficiência e eficácia questões como a tributação e a gestão das finanças públicas, a qualidade do gasto, a governança de tecnologias da informação e comunicação, o sistema de previdência e assistência. Para atender as demandas de uma sociedade que exige melhores serviços, será necessário melhorar a qualidade do gasto, a utilização de mecanismos mais modernos para arrecadação e fiscalização dos tributos, a profissionalização e valorização do servidor, entre outros aspectos.

Destaca-se também, como de grande importância nesse período, a territorialização das políticas públicas. A orientação constitucional determina que “a Lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Ou seja, o plano deve ser estabelecido de forma regional e/ou territorial.

Outro instrumento de planejamento do desenvolvimento territorial que terá um papel fundamental nesse período é o zoneamento ecológico e econômico, como instrumento de ordenamento e gestão territorial.

Com a adoção de um modelo de desenvolvimento, baseado no ZEE, que priorize o uso sustentável dos recursos naturais, espera-se garantir um equilíbrio econômico-ambiental, capaz de promover um desenvolvimento com altos níveis de eficiência e eficácia no aproveitamento dos recursos econômicos e maior qualidade de vida para a população.

.....

Outra tendência consolidada é a
da modernização e inovação da
gestão pública de forma a permitir
a melhoria da gestão e a busca da
eficiência, eficácia e efetividade das
ações e de melhoria da governança

.....

4.3. CENÁRIO DE LONGO PRAZO – PERÍODO 2020-2030

O cenário de longo prazo, considerando o período 2020-2030, é formado por hipóteses pouco observáveis e mensuráveis, portanto mais incertas, mas que estão sendo sinalizadas pelas tendências consolidadas verificadas no período anterior.

Os resultados das políticas sociais recentes possibilitarão a redução da Pobreza e da Extrema Pobreza na Bahia, com redução gradual da desigualdade na distribuição pessoal da renda e melhoria de oportunidades educacionais qualificadas e contextualizadas, atendendo ao perfil econômico local e valorizando a cultura regional e identitária.

O fortalecimento da demanda social organizada induzirá à melhoria na educação contextualizada para grupos sociais vulneráveis, observando identidades regional, ambiental, cultural, de raça e etnia.

Na Educação, pode-se vislumbrar a melhoria gradual da qualidade do Ensino Fundamental e uma pequena melhoria na evasão no Ensino Médio, com redução do analfabetismo funcional e maior inclusão digital. Haverá uma maior integração entre Educação para o Mundo do Trabalho e demanda por trabalho e a lenta ampliação e qualificação da Educação Infantil e do acesso a creches.

Com a implantação de estrutura mais adequada ao perfil demográfico do estado, haverá o fortalecimento das especialidades relacionadas à saúde do idoso no Estado da Bahia, com estímulo crescente ao atendimento domiciliar na atenção básica.

Pode-se esperar uma pequena melhoria na conscientização sobre prevenção às doenças relacionadas com a urbanização, com investimentos na qualidade ambiental e na prevenção através da atenção básica, mas com a manutenção dos agravos relacionados à violência e da mortalidade por causas externas, com destaque para homicídios, agressões, acidentes de trânsito e uso e abuso de drogas; estímulo à educação em saúde como prevenção.

Com a tendência de queda da natalidade, haverá a redução gradual da demanda por serviços de saúde para gestantes e recém-nascidos, associada à queda da mortalidade por causas reduzíveis por adequada atenção. Espera-se uma pequena melhoria na qualificação e na humanização dos profissionais de saúde e na atenção básica, com impacto para grupos sociais vulneráveis.

Considerando o crescimento das cidades-sede haverá também crescimento do número de escolas agrícolas e de novas atividades extra agrícolas, que tendem a mudar a composição do produto da região semiárida da Bahia. Haverá a intensificação do processo de inter-relação entre as cidades pequenas e médias, dada a consolidação dos projetos estruturantes de transportes e do processo de ampliação da matriz produtiva nestas cidades. Com essa maturação dos fatores de expansão, ocorrerá crescimento a menores taxas do setor da construção civil no interior do estado por conta da conclusão



de importantes obras de infraestrutura, limitando-se a obras de urbanização e construção de habitações, assim como ocorrerá a consolidação do crescimento das cidades de porte médio e das cidades de pequeno porte.

A dinâmica da rede de cidades levará à desconcentração dos serviços especializados em saúde e da educação profissional e superior para fora da RMS, com a dinamização da pluriatividade entre jovens do meio rural, com um maior fortalecimento da relação do meio rural com cidades pequenas e médias.

Com relação à atividade econômica, a previsão para este período é de elevação das taxas de crescimento da indústria baiana, graças à recuperação da economia internacional, recuperação do ritmo de crescimento da indústria nacional e maior incorporação de inovações ao processo produtivo, diferente do que se verificará no cenário tendencial de 2015-2020. Espera-se, também, a consolidação do processo de integração vertical em poucos setores (químicos, petroquímicos, metal-mecânico, cadeia solar e agrícolas). Porém, apesar dos programas de transferência de renda continuarem, nesse período, a ampliar a comercialização de bens finais no estado, existem riscos para o processo de integração dos produtores de bens intermediários com os de bens finais para várias cadeias produtivas, a exemplo da competição intrasetorial, das plataformas logísticas localizadas no Centro-Sul do país, das melhorias na educação profissional e do estabelecimento de políticas governamentais de indução.

A concretização dos investimentos em expansão da infraestrutura logística no estado acelerará o processo de integração regional e modal proporcionando ganhos logísticos para o transporte de cargas e maior competitividade dos produtos baianos e um início do fortalecimento das vantagens aglomera-tivas com a manutenção dos primeiros investimentos.

Porém, apesar desses investimentos já estarem consolidados nesse período, ainda há uma indefinição quanto ao ano de implantação dos trechos Caetité-Barreiras e Barreiras-Ferrovia Norte-Sul (FNS) e do Porto Sul geram dúvidas quanto à capacidade da ferrovia de promover a integração da Bahia com outras regiões do país e ao transporte dos grãos pela ferrovia até o Porto Sul. Incertezas quanto a uma maior integração com o Centro Oeste brasileiro, pela FIOF, geram dúvidas quanto à polarização da região Oeste da Bahia e articulação econômica e política com estados do MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Existem dúvidas quanto à efetiva integração da Ferrovia Oeste-Leste (FIOF) à Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Ferrovia de Integração Centro Oeste (FICO), que articulará a Bahia à região Centro Oeste, e se criarão possibilidades de escoamento para exportação da produção dessa região pelo Porto Sul, aumentando a competitividade dos produtores da região Oeste.

Persistirão neste período incertezas quanto à efetividade das políticas de desconcentração setorial da indústria baiana, a exemplo da capacidade do Sistema Viário Oeste (Ponte Salvador-Itaparica) de dinamizar o outro lado do Recôncavo Baiano a partir da atração de investimentos industriais para as cidades de porte médio dessa região, sem esquecer também o peso das economias de escala na localização industrial, e a carência em serviços especializados disponíveis. Com isso, a interiorização da atividade industrial continuará focada em poucos setores, a exemplo da indústria de extração mineral, de bens de consumo não durável, como as cadeias do agronegócio (produção de processados e semiprocessados), bebidas, construção civil e a cadeia solar no sul da Bahia.

Espera-se, para o período, uma manutenção do processo de ampliação da produção e distribuição de energia elétrica no estado, com a consolidação dos parques eólicos, das usinas solares e dos projetos de linhas de transmissão e subestações.

A consolidação da rede de banda larga, com a expansão da rede pública de tecnologia digital e da fibra ótica, já deverá ser realidade nesse período. Porém, a expansão dessa rede e dos provedores de acesso à internet está condicionada à implantação do Programa Banda Larga para Todos pelo governo federal no período 2015-2020.

No que se refere à produção de petróleo, apesar das dificuldades de exploração dos campos maduros, que poderá ser minimizado caso haja uma diminuição dos royalties do petróleo pelo governo federal, será possível alcançar o aumento da rentabilidade na exploração nas bacias de campos maduros, a revitalização desses campos e a ampliação da produção. Haverá o início da produção *off-shore* nos campos de Camamú-Almada e nas bacias de Jequitinhonha e Manati e o aumento das potencialidades exploratórias de campos terrestres (*on shore*), como o *shale gas* e o *tight oil* nas Bacias de Tucano Sul e do Recôncavo, pois se espera nesse período que as questões regulatórias e ambientais estejam resolvidas, o que dará um pequeno acréscimo da produção de petróleo na Bahia.

As reservas comprovadas da Bacia de Barra, fronteira Bahia-Sergipe, tornará a Bahia apta a se tornar uma base de apoio para prestação de serviços especializados na exploração dessa bacia em Sergipe. Porém, no que se refere ao gás natural, a produção nos campos de Camamú-Almada e nas bacias de Jequitinhonha e Manati não serão suficientes para atender à demanda crescente por gás, principalmente das termelétricas, de modo que, será necessário ampliar a oferta pelo Gasene, tanto do gás produzido no país e na Bolívia quanto, em casos de picos de elevação do consumo, do gás importado.

No setor da construção civil, a tendência para o período é de crescimento a menores taxas do setor da construção pesada, embora haja maior expansão das obras de urbanização no interior do estado, promovido pelo crescimento das cidades de pequeno porte. Porém, a instabilidade e a possível elevação dos custos com insumos para a construção poderá ser um fator negativo para o crescimento do setor

Com relação à atividade econômica, a previsão para este período é de elevação das taxas de crescimento da indústria baiana, graças à recuperação da economia internacional, recuperação do ritmo de crescimento da indústria nacional e maior incorporação de inovações ao processo produtivo



nos próximos anos. Além disso, a intensificação da incorporação de inovações tecnológicas no setor indica que haverá uma redução do trabalho por unidade de produto.

Espera-se, ainda, o fortalecimento do processo de ampliação do comércio da Bahia com outros estados, em função dos investimentos em logística de transporte que estarão consolidados. O setor varejista no interior do estado tende a consolidação de suas atividades, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte com a elevação do nível de renda e crédito. Já a consolidação do comércio atacadista continua na dependência da estrutura do valor adicionado da produção.

No comércio exterior, a tendência é de crescimento do volume das exportações, em função da recuperação da economia mundial e da concretização dos investimentos em logística de transportes, diminuindo a volatilidade da pauta de produtos exportáveis da Bahia. Porém, a manutenção desse otimismo depende do comportamento de algumas variáveis, que influenciam o comércio exterior dos estados, mas que não são controladas pelo governo estadual. Permanecerão as dificuldades de inserção do setor produtivo local em cadeias produtivas globais por conta da baixa competitividade decorrentes de custos operacionais elevados.

A interrelação entre cidades pequenas e médias se consolidará dada a maturação do processo de ampliação da matriz produtiva nestas cidades. Espera-se também a redução do deslocamento entre a oferta de qualificação e a demanda por mão de obra qualificada no estado, melhorando a qualificação da mão de obra empregada, refletindo, assim, numa maior demanda e maior qualificação do setor de serviços especializados para as empresas.

Em relação às atividades turísticas no estado, a tendência é de fortalecimento, a partir da consolidação gradual de novos pontos de atração turísticas, como ecoturismo, festas culturais e religiosas, temporada de esportes, eventos profissionais e culturais. Todavia, mantêm-se as incertezas quanto à capacidade de redução da violência no estado, em especial nas cidades turísticas.

Condições da mobilidade urbana nas cidades de médio e grande porte ainda apresentarão carências associadas as dificuldades de manutenção das condições efetivas de uso e ampliadas nos casos que requerem requalificação das orlas urbanas.

Permanecem incertezas quanto à capacidade de manutenção e preservação das reservas ambientais e dos patrimônios históricos.

Outro ponto que cabe destacar é o fato do dinamismo econômico previsto para o estado apresentar forte dependência da manutenção dos programas sociais de transferência de renda no país e da capacidade sistêmica da economia estadual de atrair investimentos privados, principalmente no interior do estado.

Para a agricultura, o período sinaliza a manutenção da relevância no nível de ocupação agrícola e melhorias no rendimento médio por hectare na agricultura familiar, com maior acesso ao crédito e à qualificação técnica por parte dos agricultores familiares, melhorando as condições de inserção no mercado. Além disso, os agricultores familiares baianos apresentarão maiores ganhos de produtividade e de incorporação de tecnologias, ampliando suas possibilidades de inserção no mercado, se tornando menos dependentes de políticas sociais.

Destaca-se ainda a redução da concentração fundiária em função de avanços nos processos de regularização fundiária, e a consolidação das rendas extra agrícolas, da pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar associada ao incremento da urbanização nos municípios rurais e transbordamento de serviços urbanos para áreas rurais.

Uma tendência para 2020-2030 é a consolidação dos polos de agricultura moderna com maior grau de verticalização associada a uma relativa diversificação da matriz agrícola estadual, porém com pouco ou limitado avanço no que tange à desconcentração espacial do produto agrícola.

No semiárido, a tendência é de manutenção da sensibilidade da região às estiagens, havendo, porém, avanços no uso de tecnologias de convivência com semiaridez – a exemplo de pesquisas do uso da hidroponia com água subterrânea para desenvolvimento de fruticultura – e limites legais de expansão da irrigação. Espera-se, contudo, o crescimento do número de reservatórios hídricos e do volume de recursos para construção de grandes reservatórios, melhorando o desenvolvimento produtivo local.

O crescimento das cidades-sede, do número de escolas agrícolas e de novas atividades não agrícolas (como pagamento por serviços ambientais) mudam a composição do produto da região semiárida. Além disso, espera-se a elevação da produtividade e um melhor dinamismo agrícola da região graças à ampliação da infraestrutura hídrica e de armazenamento. Todavia, existem grandes incertezas se o projeto de transposição do São Francisco resolverá a oferta de água, dadas as dificuldades de se promover a integração das bacias.

O processo de inter-relação entre as cidades pequenas e médias se intensificará, dada a consolidação dos projetos estruturantes de transportes e do processo de ampliação da matriz produtiva nestas cidades. Por outro lado, o crescimento das cidades de porte médio e das cidades de pequeno porte, verificadas no período 2015-2020, se consolidará, porém haverá uma desaceleração, devido a exaustão dos fatores de expansão. Em relação aos serviços especializados em saúde e da educação profissional e superior, a tendência é de desconcentração fora da RMS. Outra tendência é a dinamização da pluriatividade entre jovens do meio rural, com fortalecimento da relação do meio rural com cidades pequenas e médias.

O setor da construção civil deve apresentar crescimento a menores taxas no interior do estado, por conta da conclusão de importantes obras de infraestrutura, limitando-se a obras de urbanização e construção de habitações.



No longo prazo, será possível garantir a preservação do patrimônio cultural baiano, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade baiana.

O desenvolvimento de atividades que insiram a cultura no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante ganhará cada vez mais espaço no ambiente educacional baiano. Nesse sentido será fundamental a formação de redes de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais com as instituições culturais e demais organizações civis.

Haverá também a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais. Nesse sentido, prevê-se o aumento de 200% de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação em cultura; ampliação em 150% de agentes culturais atendidos por cursos técnicos e profissionalizantes; crescimento em 100% de agentes culturais atendidos por outros tipos de cursos e aumento de 100% de agentes culturais atendidos por assessorias técnicas, transformando a Bahia em destino nacional e internacional de formação, qualificação e capacitação em cultura.

Espera-se, como cenário de mais longo prazo, a ampliação do investimento em cultura e aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento: Sistema Estadual de Fomento e Financiamento à Cultura funcionando com variadas modalidades de financiamento, adequadas à diversidade de manifestações culturais, e cumprido os prazos pactuados.

O crescimento das cidades-sede, do número de escolas agrícolas e de novas atividades não agrícolas (como pagamento por serviços ambientais) mudam a composição do produto da região semiárida

O processo de inter-relação entre as cidades pequenas e médias se intensificará, dada a consolidação dos projetos estruturantes de transportes e do processo de ampliação da matriz produtiva nestas cidades

Estima-se ainda, a ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no estado da Bahia, no país e no exterior, através das seguintes ações: criação e implantação de política estadual de circulação da cultura baiana com coordenação e estrutura definidas, entidades participantes, fontes de financiamento e parcerias estabelecidas, envolvendo 60% dos municípios baianos; implantação de, pelo menos, duas residências artístico-culturais e ampliação do Programa de Mobilidade Artístico-Cultural, através do aumento de seu orçamento em 200% em dez anos.

Espera-se ter disponível em plataforma virtual atualizada o mapeamento dos acervos e equipamentos culturais existentes na Bahia (arquivos, bibliotecas, casas de cultura, centros de cultura, casas de espetáculos, cinemas, galerias, instituições culturais, museus, salas de exposição, teatros etc.) e ainda banda larga instalada em 100% dos municípios da Bahia, com oferta de internet gratuita em 100% dos equipamentos culturais do estado.

A ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive, os da Secretaria de Cultura do Estado, dará maiores alternativas para quem busca menor preço e qualidade de acordo com os estilos e gostos de cada cidadão, isso deverá contribuir para ampliar a valorização e promover a diversidade artística e cultural na Bahia, contribuirá também para o processo de universalização do acesso de todo cidadão aos bens e serviços artísticos e culturais em todo o território baiano.

Desse modo, prevê-se a instalação e funcionamento de, pelo menos, duas instituições culturais mantidas pelo Governo Federal na Bahia; implantação de dois novos centros culturais da Secretaria de Cultura em territórios de identidade que não tenham equipamentos culturais da Secretaria; instalação de, pelo menos, 40 novos centros culturais municipais na Bahia; e atração de, pelo menos, cinco centros culturais mantidos por organizações empresariais.

Por fim, para aprimoramento da gestão de políticas públicas no âmbito da cultura, é fundamental ainda a realização de concursos públicos, em especial, para profissionais especializados: 70% do quadro de pessoal da Secretaria formado por servidores efetivos estatutários.

A atuação do Parque Tecnológico ao final do período atingirá um grau de maturação maior, permitindo que ele atue como um centro de convergência do sistema estadual de inovação. O maior amadurecimento dos investimentos na qualificação humana e na infraestrutura de CT&I possibilitará a participação da Bahia com mais liderança na região Nordeste, e começará a atrair algumas atuações em P&D de grandes empresas no estado, mas ainda sem mudar a lógica de centralização destas atividades nos tradicionais centros de excelência do país.

Apesar das pressões exercidas pelo avanço da atividade agrícola, percebe-se certa tendência para uma estabilização na taxa de desflorestamento/regeneração de cobertura florestal no bioma Mata Atlântica, o que, evidentemente, deve-se observar com cautela, uma vez que este fenômeno não é homogêneo espacialmente e não há suporte empírico suficiente para sustentar tal hipótese (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).



A concentração dos investimentos nos distritos industriais já existentes e o grande grau de antropização já consolidado na região do Recôncavo/RMS fazem com que as taxas de cobertura vegetal mantenham-se estabilizadas no período (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).

Com relação ao Litoral Norte, as projeções apontam para estabilidade na taxa de cobertura florestal no bioma Mata Atlântica. A macrorregião possui a faixa litorânea protegida pela APA Litoral Norte e cultura preservacionista já sedimentada, o que tende a controlar em alguma medida a supressão da vegetação nativa (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).

Os dados oficiais não permitem extrapolações mais largas sobre o avanço da supressão da vegetação nativa no Semiárido. Cabe, entretanto, registro para o avanço do desmatamento na região de Mucugê, associada à importante expansão projetada da cultura de batata (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).

Depois da Mata Atlântica, o Cerrado é o bioma brasileiro que mais sofreu alterações com a ocupação humana. A manutenção da pressão para a abertura de novas áreas, visando incrementar a produção de carne e grãos para exportação, tem dado lugar a um progressivo esgotamento dos recursos naturais da região (BAHIA. SEPLAN. SEMA, 2013a).

Apesar das incertezas que envolvem cenarizar tendências para um período de tempo mais longo, espera-se uma melhoria da gestão pública brasileira, de um modo geral, e da baiana, em particular. Espera-se, dessa forma, que um novo modelo de governança pública, baseado na concertação política e na introdução de novas metodologias e ferramentas de gestão, alinhadas com as melhores práticas internacionais no campo da administração pública, sejam implementados também na Bahia.

Exemplo disso é a consolidação da atuação em rede, própria de ambientes complexos, em que interagem atores públicos, sociais e do mercado, e que as competências de coordenação, de construção de consensos e de atuação em parcerias e controle primário das instituições desenvolvidas no período 2015-2020 garantam, por exemplo, no cenário 2030, o alinhamento dos resultados aos macro objetivos de governo e às políticas públicas setoriais.

Consolida-se assim, nesse período, um maior aporte normativo e tecnológico habilitando o Estado a implementar políticas em ambientes complexos, com relações crescentes de parceria com o mercado e com o terceiro setor, e promovendo a participação democrática.

Concluindo, tendências sinalizam que, para a gestão pública, os próximos anos devem ser marcados pelo aprofundamento da participação e do controle social, avanços na profissionalização do serviço público, maior transparência de suas ações e maiores exigências quanto ao respeito aos princípios éticos democráticos. Espera-se, com isso, que haja no longo prazo, o desenvolvimento de uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva e uma melhor qualidade de vida para a população.



Esse futuro, mais
igualitário e justo
do ponto de vista social,
mais sustentável do ponto
de vista ambiental, equili-
brado territorialmente e
com uma matriz produ-
tiva mais moderna e
dinâmica



5. GRANDES DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA BAHIA

A partir das análises realizadas tanto na contextualização quanto nos cenários, pôde-se observar que foram identificados vários elementos que se constituem em oportunidades para a sócio economia do Estado, mas, também, em restrições ao processo de construção de um futuro desejado para a Bahia.

Esse futuro, mais igualitário e justo do ponto de vista social, mais sustentável do ponto de vista ambiental, equilibrado territorialmente e com uma matriz produtiva mais moderna e dinâmica, capaz de gerar mais emprego e renda para a população do estado, entre outras aspirações, passa pelo aproveitamento das oportunidades e o enfrentamento das restrições identificadas. Ou seja, se constituem em desafios que precisam ser enfrentados por um conjunto ordenado de políticas públicas.

Em síntese, os grandes desafios identificados na análise dos cenários foram resumidos e itemizados como pode ser observado na listagem a seguir¹³.

1. Promover maior inclusão social e universalizar o acesso a serviços públicos de qualidade, a exemplo do acesso domiciliar à água, ao saneamento e à energia, priorizando grupos historicamente discriminados e respeitando as características de geração, gênero, étnico-racial e a diversidade.
2. Fortalecer as relações comerciais multilaterais e de mercado interno, promovendo a celebração de acordos, a cooperação e a maior participação em feiras e eventos de negócios.
3. Desenvolver uma base de infraestrutura, com destaque para a ampliação, fortalecimento e integração dos sistemas de logística, saneamento, energia, comunicação e de recursos hídricos, de forma a dinamizar regiões com potencial de crescimento, fomentar o surgimento de uma rede de cidades de pequeno e médio portes e reverter a alta concentração industrial na Região Metropolitana de Salvador e no Recôncavo.
4. Promover a atração de investimentos de caráter estruturante e de serviços intensivos em conhecimento, de forma a adensar a matriz produtiva estadual (encadeamentos para frente e para trás), melhorar sua competitividade e promover maior desconcentração setorial.
5. Ampliar o nível tecnológico, de qualificação, organização e de inserção no mercado da agricultura estadual de base familiar, que representa 87% do total dos estabelecimentos agropecuários, 15,2% do total de estabelecimentos familiares do país, e 81% de pessoal ocupado na agropecuária estadual.
6. Ampliar e manter o dinamismo da agropecuária estadual, apoiando a expansão dos grãos na região do Oeste baiano, do setor frutícola, particularmente na região de Juazeiro, e reverter a crise vivida pelas culturas tradicionais, a exemplo da cacauicultura, da mamona e da mandioca.
7. Promover a interiorização da atividade cultural/criativa nos diversos Territórios de Identidade valorizando a diversidade de cultura, a história, o patrimônio, as festas religiosas e cívicas, filarmônicas e incentivar novos movimentos culturais, a exemplo da organização de orquestras juvenis, prática de esportes, teatro e artes plásticas.
8. Implementar ações governamentais específicas e focadas nos grupos de maior vulnerabilidade de forma a promover a melhoria dos indicadores de desigualdade, a exemplo de alteração da estrutura de desigualdade de distribuição pessoal da renda e redução da pobreza extrema.
9. Ampliar e qualificar os investimentos em CT&I, no ensino superior da rede estadual e no número de bolsas e projetos de pesquisa, de forma a reduzir as fragilidades existentes no estado (influência da agenda nacional, centros de P&D dos grandes empreendimentos produtivos localizados fora da Bahia) e propiciar a geração de novas tecnologias e inovações na base produtiva local mais adequadas à realidade socioambiental estadual.

13 – Apresentada sem uma hierarquia de priorização.



10. Promover a modernização do funcionamento dos serviços de assistência à saúde, sobretudo os de média e alta complexidade. Tal desafio se deve a fatores como a velocidade das mudanças tecnológicas, dificuldades na avaliação do impacto da incorporação de novas tecnologias e ao alto custo da manutenção das mesmas, devido ao elevado índice de reparos e atualizações necessários.
11. Promover a redução da taxa de mortalidade infantil, principalmente no período neonatal (antes de um mês de vida) associado à elevada morbimortalidade materna, por meio da ampliação da cobertura assistencial e redução das carências na qualidade do sistema e dos serviços de saúde.
12. Promover o desenvolvimento integrado e sustentável do semiárido baiano por meio de investimentos estruturantes que permitam o desenvolvimento de tecnologias de convivência com a semiaridez, combate aos riscos de degradação dos solos e a possibilidade do surgimento de áreas de desertificação (inviabilizando a atividade agrícola), melhoria dos indicadores sociais, o fortalecimento da segurança hídrica e alimentar, o aproveitamento do grande potencial para a geração energética (eólica, fotovoltaica e solar), a exploração de recursos minerais.
13. Conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental no planejamento das políticas públicas e no âmbito decisório do governo, minimizando o risco da perda de biodiversidade quando da implementação de ações públicas e privadas. Para tanto, o Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE) deve se constituir em um instrumento estratégico de ordenamento e planejamento, que, articulado com os Planos de Bacias Hidrográficas (PBHs), Planos de Manejo das Unidades de Conservação (PMUCs) e o Zoneamento Costeiro (ZC), podem promover uma gestão territorial mais eficiente, o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.
14. Promover o acesso e permanência no ensino básico, em especial a juventude, com vistas a universalização do ensino médio, redução da evasão escolar e distorção idade-série. Através de uma formação de qualidade, ampla e transformadora, com envolvimento da comunidade, pais, alunos e professores.
15. Promover, na segurança pública, a inteligência, as políticas de prevenção e de cultura de paz, com vistas a uma segurança pública que fortaleça a parceria entre o estado e sociedade, com foco na garantia de direitos e cidadania.
16. Modernizar o aparelho governamental no sentido de fortalecer a capacidade do estado de planejar estrategicamente o desenvolvimento, de formular, implantar, monitorar e avaliar as políticas públicas, ampliar a transversalidade e a articulação interinstitucional dos diversos níveis de governo e ampliando a participação social, a transparência e o diálogo democráticos.

A superação desses desafios, por meio da elaboração de um conjunto ordenado de políticas públicas de médio e longo prazos e que tenham foco e resolutividade, requer um alinhamento conceitual e metodológico entre a dimensão estratégica, de longo prazo e que resulta do estudo dos cenários prospectivos, com a base tática, de médio prazo, do Plano Plurianual de Investimentos.



A construção das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Bahia foi orientada a partir das diretrizes do Governo Federal, do Plano de Governo Participativo (PGP)



6. ALINHAMENTO DA DIMENSÃO ESTRATÉGICA DOS CENÁRIOS BAHIA 2015-2030 COM O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS



alinhamento entre a base estratégica de longo prazo dos cenários prospectivos 2015-2030 com a base tática, de médio prazo, do Plano Plurianual (PPA) deverá se dar em dois ciclos da forma que segue:

Ciclo Estratégico – De longo prazo, se constitui na avaliação estratégica dos cenários prospectivos realizada para Bahia no período 2015-2030. Dessa análise surgiram os principais desafios (oportunidades e restrições) ao desenvolvimento socioeconômico estadual, apresentados de maneira sumarizada na quinta parte deste documento, e se desdobra na construção das diretrizes e temas estratégicos.

Ciclo Tático – De médio prazo, se constitui no primeiro ciclo de quatro anos (PPA), fundamental para iniciar a construção do futuro desejado. Neste ciclo, deve ser consolidada a forma de execução das questões estratégicas de governo delineadas no ciclo anterior, com a definição do como se fará e quem fará os compromissos firmados pelos diversos atores e instâncias de governo.

A figura a seguir demonstra a interação desses dois ciclos e de como esse processo resulta na formulação da matriz programática do PPA.

Este documento se constitui, portanto, no ciclo estratégico, e se restringirá, além da análise prospectiva de longo prazo, a definir as diretrizes e temas estratégicos, cabendo ao PPA (ciclo tático), partir destes insumos e construir a matriz programática e, posteriormente, a programação orçamentária (LDO/LOA).

6.1. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As diretrizes estratégicas sinalizam definições e objetivos do governo e estabelecem uma relação entre a dimensão estratégica e a dimensão tática, contribuindo como importante insumo para a elaboração da Matriz Programática do Plano Plurianual (PPA).

A construção das diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da Bahia foi orientada a partir das diretrizes do Governo Federal, do Plano de Governo Participativo (PGP) e das análises prospectivas realizadas pelo estudo Cenários Prospectivos para a Bahia: 2015-2030. Desta forma, as diretrizes construídas guardam alinhamento com o âmbito federal, atendem às prioridades do PGP e materializam a identificação dos principais desafios e oportunidades para o estado elencadas pelos Cenários Estratégicos.

Assim, foram construídas as seguintes diretrizes estratégicas, que irão orientar a elaboração da matriz programática do Plano Plurianual – PPA 2016-2019:

Figura 5 Alinhamento conceitual da dimensão estratégica dos Cenários Prospectivos para a Bahia: 2015-2030 e o PPA



Fonte: Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia.



- I. **Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Socioprodutiva:** Promover o desenvolvimento orientado para a redução das desigualdades entre os Territórios de Identidade do Estado, de forma ambiental e socialmente sustentável, com inclusão socioprodutiva;
- II. **Redução da Pobreza Extrema:** garantir a prioridade na redução da pobreza extrema de forma multidimensional e transversal;
- III. **Educação e Cultura:** ampliar o acesso à educação, cultura, esporte educativo e lazer de qualidade com a valorização da diversidade, identidade e memória;
- IV. **Saúde e Assistência Social:** promover acesso universal à saúde e à Assistência Social, com o aprimoramento dos sistemas, integração das ações, expansão e regionalização das redes, qualificação dos serviços e equidade de direitos;
- V. **Cidadania e Direitos Humanos:** promover a inclusão social, o trabalho decente e a universalização do acesso a serviços públicos de qualidade, priorizando os grupos historicamente discriminados da sociedade, respeitando as características de geração, gênero e étnico-racial e a diversidade;
- VI. **Segurança Pública:** promover a segurança e a integridade dos cidadãos, por meio da qualificação, inteligência e melhoria da estrutura priorizando a prevenção e o desenvolvimento de uma cultura de paz;
- VII. **Infraestrutura:** fortalecer a infraestrutura produtiva, urbana, rural e social de qualidade, destacando a ampliação, o fortalecimento e a integração dos sistemas de logística, de saneamento, de energia, de comunicação e de recursos hídricos.
- VIII. **Infraestrutura e Segurança Hídrica:** fortalecer a infraestrutura produtiva e a segurança dos recursos hídricos, urbano, rural e social de qualidade, destacando a ampliação, o fortalecimento e a integração dos sistemas de logística, de saneamento, de energia, de comunicação e da sustentabilidade hídrica;
- IX. **Ciência, Tecnologia e Inovação:** fortalecer a base científica e tecnológica estadual integrando a pesquisa e extensão das universidades, as redes de laboratórios públicos e privados, e o Parque Tecnológico às estratégias de desenvolvimento econômico e social do estado;
- X. **Meio Ambiente:** promover o desenvolvimento sustentável, a socioeconomia da biodiversidade e a conservação dos biomas, bacias hidrográficas e recursos naturais;
- XI. **Convivência com o Semiárido, Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar:** promover o desenvolvimento e a adoção de tecnologias apropriadas, o associativismo, o cooperativismo, o empreendedorismo e os arranjos produtivos locais no meio rural;

- XII. **Desenvolvimento Produtivo e Turismo Sustentável:** promover o desenvolvimento da base produtiva com inclusão social, por meio da atração, estruturação e consolidação de setores estratégicos da economia, a exemplo da indústria, mineração, da agropecuária, do turismo, dos serviços intensivos em conhecimento, da economia criativa e do maior acesso à terra e à tecnologia;
- XIII. **Desenvolvimento Urbano:** promover o desenvolvimento sistêmico das diversas áreas urbanas, com destaque para as ações de infraestrutura, habitação, mobilidade, saneamento, comunicação, qualidade ambiental, turismo e de fortalecimento da rede de cidades de pequeno e médio portes;
- XIV. **Democracia e Participação Social:** garantir a participação da sociedade; ampliando o diálogo social, a transparência da ação pública, a comunicação social e fortalecendo as instâncias gestoras locais, a governança e o planejamento territorial;
- XV. **Planejamento e Gestão Pública:** fortalecer a cultura de planejamento e gestão do Estado, valorizando a ética no serviço público, a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, a intersectorialidade e transversalidade das políticas públicas.

6.2. TEMAS ESTRATÉGICOS AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM BASES SUSTENTÁVEIS DO ESTADO DA BAHIA


Com base nos principais desafios ao desenvolvimento estadual e nas diretrizes estratégicas, foram elaborados os Temas Estratégicos, que organizam e agregam as diversas temáticas expostas pelas diretrizes. Estes Temas refletem as áreas estratégicas de atuação do Estado definidas nas diretrizes e devem orientar e estruturar as Políticas Públicas. Ao compor o PPA, os Temas Estratégicos podem ser mensurados por um conjunto de indicadores, que devem ter relação direta (causa e efeito) com os conteúdos abarcados pelo tema e medir a **efetividade** da ação pública.

Foram definidos 14 temas que, juntamente com as diretrizes, orientaram a elaboração do PPA. São eles:

- I. Pobreza, inclusão socioproductiva e mundo do trabalho
- II. Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
- III. Desenvolvimento urbano e Rede de cidades
- IV. Saúde e Assistência Social



- V. Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte
- VI. Segurança Pública Cidadã
- VII. Consolidação e diversificação da matriz produtiva estadual
- VIII. Infraestrutura para o desenvolvimento integrado e sustentável
- IX. Inserção competitiva e integração cooperativa e econômica nacional e internacional
- X. Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade
- XI. Mulheres, Gênero e Diversidade
- XII. Igualdade Racial e Identidades
- XIII. Geração, Cidadania e Direitos Humanos
- XIV. Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

A group of women are participating in a water aerobics class in a swimming pool. They are using large, colorful inflatable rings (yellow, pink, and teal) as resistance tools. The women are smiling and appear to be enjoying the activity. The pool has lane lines visible in the background.

O futuro desejado
para a Bahia é o de
uma população com um
melhor padrão de vida,
um maior equilíbrio social
e étnico, maior acesso
à produção de bens e
serviços



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*L*este documento procurou articular, de forma pioneira, os resultados encontrados na análise estratégica e prospectiva dos cenários, uma perspectiva de mais longo prazo, que são os grandes desafios ao desenvolvimento socioeconômico estadual, com o Plano Plurianual de Investimentos que, em uma perspectiva de médio prazo, é o primeiro passo para a construção do futuro desejado. Este elemento de articulação são as Diretrizes e Temas Estratégicos, que provêm as bases para a operacionalização da intervenção articulada das ações governamentais.

Buscou-se, por meio da definição das Diretrizes e Temas, promover a transversalidade e uma maior territorialidade, capazes de maximizar os resultados possíveis com a utilização dos recursos disponíveis em relação às enormes necessidades de nossa sociedade.

O futuro desejado para a Bahia é o de uma população com um melhor padrão de vida, um maior equilíbrio social e étnico, maior acesso à produção de bens e serviços. Esse futuro deverá ser construído por meio de um conjunto de políticas que permitam, de maneira sustentável, a geração de empregos, de riquezas e de renda, geridas por meio de uma administração democrática e republicana.



REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Planejamento. **2008/2028 – Resgatando o Planejamento Estratégico no Estado da Bahia um futuro para todos nós**. Governador (2007-: Jaques Wagner). Resumo executivo. Salvador: SEPLAN, 2008. 83 p.

BAHIA. SEPLAN. SEMA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia. Zoneamento Ecológico-Econômico** (Caderno Diretrizes_e_Estratégias). Salvador, 2013.

BAHIA. SEPLAN. SEMA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia. Zoneamento Ecológico-Econômico** (Caderno Cenários). Salvador, 2013a.

BAHIA. SEPLAN. SEMA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia. Zoneamento Ecológico-Econômico** (Caderno II – Dimensões Socioeconômicas). Salvador, 2013b.

_____. Lei Nº 13.223 de 12 de Janeiro de 2015. Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e dá outras providências. Disponível em: <http://abapa.com.br/wp-content/uploads/2015/03/LEI-13233.pdf>. Acesso em Fevereiro de 2015.

_____. Secretaria da Cultura. **Bahia Criativa – Diretrizes e Iniciativas para o Desenvolvimento da Economia Criativa na Bahia**. Salvador, 2014.

_____. Secretaria da Educação. **PAIP – Projeto de Monitoramento, acompanhamento, avaliação e intervenção pedagógica na rede estadual de ensino do Estado da Bahia**. Salvador, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura em números: anuário de estatísticas culturais** – 2ª edição Brasília: MinC, 2010. 252 p.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Comunicados do Ipea, n. 155. Brasília, 2012.

_____. Ministério de Minas e Energia; Empresas de Pesquisa Energética (EPE). **Cenário Econômico 2050**. Nota técnica DEA 12/14, Série Estudos Econômicos. Rio de Janeiro: agosto, 2014.

CARDOSO JR., José Celso. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento. Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI**. CEPAL – Coleção Documentos de projeto Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento. 2014 37 p. Disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/199268/mod_resource/content/1/planejamento_cepai.pdf Acesso em março de 2015.

GODET, Michel; DURANCE, Philippe. **A prospectiva estratégica – para as empresas e os territórios**. UNESCO/DUNOD, 2011.

GORGULHO, L, et al. **A economia da cultura, o BNDES e o desenvolvimento sustentável**. BNDES Setorial 30, p. 299 – 355, 2009.

IBGE. CENSO 2010. População por Município. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/primeiros_resultados/populacao_por_municipio.shtm. Acesso em Janeiro de 2015.

NORONHA, José Carvalho de; PEREIRA; Telma Ruth. Dilemas para o futuro do sistema de saúde brasileiro. In: COHN, Amélia (org). **Saúde, cidadania e desenvolvimento**. 1ed. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: col. Pensamento Crítico. Rio de Janeiro, 2013.

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais**. Salvador : SEI, 2014. 193 p. il. (Série estudos e pesquisas, 97). ISBN 978-85-8121-013-1.

_____. **Direitos humanos na Bahia: situação, monitoramento e perspectivas 2001-2006**. – Salvador: SEI, 2011. 100 p. il. (Série estudos e pesquisas, 89).

WORLD BANK. **Achieving World Class Education in Brazil: The Next Agenda**. Human Development Sector Management Unit. Latin America and the Caribbean Regional Office. Dezembro, 2010.

WRIGHT, James T. C. GIOVINAZZO, Renata A. **Delphi – Uma Ferramenta de Apoio ao Planejamento Prospectivo**. Caderno de Pesquisas em Administração.v. 01, no 12, 2º trimestre/2000.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso do bolsa família do governo Lula no Brasil**. In: Sur – revista internacional de direitos humanos, São Paulo, Ano 3, n. 4, 2006, p. 144-159.

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

